UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Curso de Bacharelado em Ciências Sociais

Trabalho de Conclusão de Curso

O PROGRAMA PARTIDÁRIO DO PMDB: UM ESTUDO A PARTIR DA TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE

CAROLINA COSTA DOS SANTOS

Pelotas, 2017.

CAROLINA COSTA DOS SANTOS

O PROGRAMA PARTIDÁRIO DO PMDB: UM ESTUDO A PARTIR DA TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Bianca de Freitas Linhares

Pelotas, 2017.

Carolina Costa Dos Santos

O programa partidário do PMDB: um estudo a partir da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 29/03/17

Banca examinadora:

_____
Profa. Dra. Bianca de Freitas Linhares (Orientadora)
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____
Prof. Dr. Daniel de Mendonça
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____
Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S237p Santos, Carolina Costa Dos

O programa partidário do PMDB : um estudo a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe / Carolina Costa Dos Santos ; Bianca de Freitas Linhares, orientadora. — Pelotas, 2017.

61 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Teoria do discurso. 2. Programa partidário. 3. PMDB. I. Linhares, Bianca de Freitas, orient. II. Título.

CDD : 320

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

“Não somos nada mais, nada menos, do que decidimos revelar.”

(Francis J. Underwood, Protagonista do seriado *House Of Cards*)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB sob a luz da Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Busca-se identificar a estrutura discursiva do programa partidário a partir de sua totalidade estruturada resultante de suas práticas articulatórias, isto é, seu discurso, além de identificar as articulações, momentos e elementos que constituem a estrutura discursiva em questão. A partir das noções de hegemonia e de significante vazio propostas pelos autores, formula-se a hipótese de que o PMDB, em seu programa, constrói seu discurso de modo a reforçar articulações em torno do principal significante vazio que se estabelece enquanto mote de ação do partido, qual seja, a noção de desenvolvimento. A metodologia utilizada neste trabalho parte de abordagem qualitativa de pesquisa. O método, por sua vez, é a análise de discurso. O aporte teórico aqui utilizado, como já mencionado, está ancorado na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe. O corpo discursivo deste trabalho está delimitado pelo programa partidário do Partido do Movimento Democrático Brasileiro publicado em 1996 e intitulado "Democracia como Desenvolvimento".

Palavras-chave: Teoria do Discurso; Programa Partidário; PMDB.

ABSTRACT

The present work has as objective to analyze the program of the Party of the Brazilian Democratic Movement – PMDB in the light of the Discourse Theory proposed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. It seeks to identify the discursive structure of the party program from its structured totality resulting from its articulatory practices, that is, its discourse, besides identifying the articulations, moments and elements that constitute the discursive structure in question. From the notions of hegemony and empty signifier proposed by the authors, the hypothesis is formulated that the PMDB, in its program, constructs its discourse in order to reinforce articulations around the main empty signifier that establishes itself as motto of action of the Party, that is, the notion of development. The methodology used in this work is based on a qualitative research approach. The method, in turn, is discourse analysis. The theoretical contribution used here, as already mentioned, is anchored in the Discourse Theory of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. The discursive body of this work is delimited by the party program of the Party of the Brazilian Democratic Movement published in 1996 and titled "Democracy as Development."

Keywords: Discourse Theory; Supporter Program; PMDB.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Representação gráfica do discurso na perspectiva laclauniana……..42
Imagem 02 – Estrutura discursiva do programa partidário do PMDB: “Democracia como Desenvolvimento”……..……..43
Imagem 03 – Estrutura discursiva do capítulo 1 do programa partidário do PMDB: “Reformas para consolidar a democracia”…….…44
Imagem 04 – Estrutura discursiva do capítulo 2 do programa partidário do PMDB: “O Estado Democrático Brasileiro”……...47
Imagem 05 – Estrutura discursiva do capítulo 3 do programa partidário do PMDB: “Novo Modelo de Desenvolvimento”……..……...….49
Imagem 06 – Estrutura discursiva do capítulo 4 do programa partidário do PMDB: “O Brasil no Mundo”…….,,,…...……53
Imagem 07 – O discurso do programa partidário peemedebista……..54

LISTA DE SIGLAS

AC – Acre

AM – Amazonas

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ES – Espírito Santo

GO – Goiás

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MS – Mato Grosso do Sul

MG – Minas Gerais

PA – Pará

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PR – Paraná

PT – Partido dos Trabalhadores

SP – São Paulo

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO**…...……..……...……...…..……..……...09

2 **A TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE**……12

2.1 As condições de emergência da Teoria do Discurso: Do estruturalismo ao pós-estruturalismo……..……...……..……...……...…...…...…….....……..12

2.2 A teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe…...…...…...……....14

2.3 A noção de Significante Vazio na teoria do Discurso de Laclau e Mouffe...……..18

2.4 A noção de Hegemonia na teoria do Discurso de Laclau e Mouffe..……..21

3 **POR UMA ESTRUTURAÇÃO DISCURSIVA: O PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO E SEU PROGRAMA PARTIDÁRIO**..…..……..…34

3.1 Breve histórico de criação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro…..34

3.2 Apresentação e análise do programa partidário do PMDB…….……..……..38

3.3 O primeiro capítulo do programa peemedebista: Reformas para consolidar a democracia…….44

3.4 O segundo capítulo do programa peemedebista: O Estado Democrático Brasileiro…….46

3.5 O terceiro capítulo do programa peemedebista: Novo modelo de desenvolvimento…….48

3.6 O quarto capítulo do programa peemedebista: O Brasil no mundo…..……..…52

4 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**……...…..……...…..……..……...56

REFERÊNCIAS…..……...……..……..…59

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB sob a luz da Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe[1]. Precisamente, busca-se identificar a estrutura discursiva do programa partidário a partir de sua totalidade estruturada resultante de suas práticas articulatórias, isto é, seu discurso, além de identificar as articulações, momentos e elementos que constituem a estrutura discursiva em questão.

Ernesto Laclau, considerado um dos principais teóricos do fim do século XX e começo do XXI, desenvolve sua Teoria do Discurso inserido na matriz epistemológica Pós-Estruturalista. A teoria laclauniana é uma teoria inter e transdisciplinar, que apresenta-se enquanto não somente uma importante ferramenta metodológica, mas também epistemológica para a observação dos fenômenos sociais. Ernesto Laclau desenvolveu, ao lado de Chantal Mouffe, em Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical (2015) uma abordagem teórica inovadora, "que rompe com as análises tradicionais, que concebiam a realidade social de forma essencialista e fundacionalista" (COSTA e COELHO, p.3, 2016).

Destacando categorias teóricas centrais para a compreensão do social, como discurso, hegemonia, significantes vazios e antagonismo, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe propõem uma teoria singular, que rejeita qualquer possibilidade de estabelecer sentidos finais ou fundamentos últimos.

O problema de pesquisa que norteia este trabalho é: como o PMDB se utiliza das estruturas discursivas e das noções de hegemonia e de significante vazio em seu programa partidário "Democracia como Desenvolvimento" à luz da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe? A partir das noções de hegemonia e de significante vazio propostas pelos autores, formulou-se a hipótese da presente pesquisa: o PMDB, em seu programa, constrói seu discurso de modo a reforçar articulações em torno do principal significante vazio que se estabelece enquanto mote de ação do partido, qual seja, a noção de desenvolvimento.

---

1 Embora nos últimos anos os autores tenham seguido caminhos distintos com relação as perspectivas da teoria (MENDONÇA, 2010), utilizamos neste trabalho a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe em função da sistematização presente no livro Hegemonia e Estratégia Socialista (LACLAU e MOUFFE, 2004)

Visando alcançar o objetivo geral do presente estudo, foram estipulados dois objetivos específicos, quais sejam: a) apresentar um breve histórico de criação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; e b) identificar as estruturas discursivas presentes no documento que norteia a ação do partido.

De acordo com Melo (2013), o estudo dos partidos políticos é, indissociavelmente, um estudo da teoria democrática. Sendo assim, o estudo dos partidos, de suas atuações e de seus programas é um importante passo para compreender os caminhos e os vieses da democracia. A justificativa política da presente pesquisa reside justamente na compreensão da forma de atuação partidária a partir de seu documento norteador, isto é, seu programa partidário. O partido estudado no presente trabalho é o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB teve seu ponto de partida no MDB – Movimento Democrático Brasileiro, no período da Ditadura Militar Brasileira de 1964. O partido nasceu em um contexto de bipartidarismo instaurado no país, configurando-se como o principal canal da oposição na política brasileira à época. Atualmente, o PMDB é o maior partido do Brasil em número de filiados e em prefeituras que ocupa. Uma das maiores justificativas para o estudo do PMDB é justamente seu tamanho em números, uma vez que "presumimos que as eleições municipais são a porta de entrada dos partidos no jogo eleitoral", dado que "as disputas para os cargos estaduais e federais são organizadas a partir das bases municipais e, neste sentido, quanto mais apoio os partidos e candidatos conseguirem nos municípios, maior a probabilidade de terem êxito nas outras esferas" (MELO, 2013, p. 18-19). O PMDB, de acordo com dados do próprio site do partido, está formalmente distribuído ocupando 996 prefeituras (sendo 2 prefeituras de capitais), 817 vice-prefeituras e 7.935 cargos de vereança, dentre outros cargos (PMDB, 2012c).

A metodologia utilizada neste trabalho parte de abordagem qualitativa de pesquisa. A análise do discurso é o método utilizado para a presente pesquisa, ancorada na análise de discurso de Laclau e Mouffe. De acordo com Rocha e Deusdará "o surgimento da Análise do Discurso se caracteriza não só por uma reorientação teórica da relação entre o lingüístico e o extralingüístico, como também por uma mudança da postura do observador em face do objeto de pesquisa"

(ROCHA e DEUSDARÁ, p. 318-319, 2005). Do mesmo modo, os autores ainda apontam que “a linguagem, de um ponto de vista discursivo, não pode apenas representar algo já dado, sendo parte de uma construção social que rompe com a ilusão de naturalidade entre os limites do lingüístico e os do extralingüístico” (ROCHA e DEUSDARÁ, 2005, p. 319).

O aporte teórico aqui utilizado, como já mencionado, está ancorado na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe. O material empírico, corpo discursivo deste trabalho, está delimitado pelo programa partidário do Partido do Movimento Democrático Brasileiro publicado em 1996 e intitulado “Democracia como Desenvolvimento”.

Diante do exposto, o presente trabalho divide-se em quatro capítulos. Primeiro, a presente introdução ao tema e ao aporte teórico delimitado para a presente pesquisa.

Em seguida, o segundo capítulo, que trata precisamente da teoria do discurso proposta por Laclau e Mouffe. Entre questões sobre a emergência da teoria e de elementos fundamentais para a sua compreensão, são destacadas as ideias de significante vazio e de hegemonia. Quanto à noção de hegemonia, cabe ressaltar sua importância para a elaboração de um programa partidário em termos de capacidade de representação de posicionamentos particulares em discursos universais.

O terceiro capítulo apresenta uma análise do corpo discursivo escolhido para a presente análise, isto é, o programa partidário peemedebista. Para tanto, são apresentados um breve histórico sobre a criação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (de MDB a PMDB) e o programa partidário em si. A importância da apresentação do histórico de criação do partido reside no apontamento das condições que influenciaram o corpo discursivo em análise neste trabalho, enquanto estudo de um documento que traz “lições do passado” para a construção do futuro.

O quarto e último capítulo, por sua vez, é reservado às considerações finais, capítulo no qual é retomado o problema, hipótese, objetivos geral e específicos desta pesquisa e são apresentadas as conclusões as quais foi possível chegar com o presente estudo.

2 A TEORIA DO DISCURSO DE LACLAU E MOUFFE

O presente capítulo está divido em quatro subseções que buscam apresentar a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, de suas condições de emergência até algumas das principais categorias teóricas propostas pelos autores. Na primeira subseção buscar-se-á apresentar as condições e contexto de emergência da Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, fazendo referência ao movimento Estruturalista e sua crítica, qual seja, o movimento Pós-Estruturalista. A segunda subseção busca apresentar de fato a Teoria do Discurso proposta por Laclau e Mouffe. Nesta seção, buscar-se-á trazer alguns apontamentos quanto a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, dando destaque para as noções de discurso e de social. A terceira e a quarta subseções trazem as noções de significante vazio e de hegemonia, conceitos-chave para a compreensão da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

2.1 As condições de emergência da Teoria do Discurso: Do estruturalismo ao pós-estruturalismo

O movimento Pós-Estruturalista surgiu quase concomitantemente ao surgimento do movimento que critica, qual seja, o Estruturalismo. O movimento estruturalista surgiu no âmbito do debate quanto a uma fundamentação, isto é, quanto ao fazer uma ciência dita “fundamentada”, que fosse calcada em fundamentos últimos de uma prática científica ao mesmo tempo que colocam “em xeque” a mesma possibilidade de estabelecer estes mesmos fundamentos últimos (MENDONÇA E RODRIGUES, 2014a).

O Estruturalismo, profundamente influenciado por Ferdinand de Saussure (2006), tem nesse autor algumas noções centrais para sua compreensão. Saussure (2006) propõe a língua enquanto um sistema social que é dependente de um grupo de indivíduos falantes que, ao mesmo tempo que o desenvolve, também o perpetua. Do mesmo modo, Saussure (2006) propõe a noção de signo linguístico. Para o autor, é o signo linguístico o responsável não por unir um determinado objeto a uma dada palavra, mas sim, um determinado conceito a uma determinada imagem acústica (SAUSSURE, 2006), daí a noção de significado e de significante, onde o

significado é representado pelo conceito e o significante é a imagem acústica, a imagem que temos de um dado objeto. Postulando que a língua representa um sistema social e a fala um caráter individual, Saussure (2006) aponta que o signo apresenta o caráter da imutabilidade, isto é, um único indivíduo não pode alterá-lo, dependendo novamente do conjunto de falantes no qual o mesmo signo encontra-se inserido ou, em outras palavras, do sistema social do qual faz parte enquanto um dado significado. Cabe ressaltar, ainda, que mesmo que se apreenda a fala enquanto um ato individual, todo um sistema linguístico precede este ato e é somente esse caráter de precedência que permite que os indivíduos aprendam a comunicar-se e a entender-se dentro do sistema linguístico do qual fazem parte.

Ferdinand de Saussure (2006) destaca que o signo ainda apresenta caráter relacional, pois é somente na relação com outros signos que ganha, de fato, significado. O signo também apresenta caráter negativo, de modo que algo é x porque não é y, se é mãe porque não se é pai e assim por diante. Partindo destes conceitos, Saussure (2006) propõe a existência de dois tipos de linguística, quais sejam, a diacrônica e a sincrônica, de modo que "a primeira refere-se aos aspectos atinentes à evolução histórica da linguagem. Já a dimensão sincrônica, alheia à historicidade da língua, preocupa-se com a linguagem como um sistema de elementos" (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014a, p.33). Saussure (2006) privilegia a dimensão sincrônica da língua, reforçando o caráter de uma estrutura[2] de elementos partilhada por um determinado grupo em um determinado momento.

É somente em Lévi-Strauss (2012) que se propõe a noção de Estrutura que permeia o movimento Estruturalista. O termo estrutura não é uma invenção do estruturalismo e, na perspectiva clássica, era utilizado geralmente para referir-se a dimensões coletivas. A estrutura, no Estruturalismo, "incorporou o paradigma linguístico (significante, significado, signo, semiologia)" (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014a, p.36), além disso, "para o estruturalismo, fundamental é compreender a estrutura como algo sempre totalizante", de modo que "conhecer uma estrutura não significa compreender individualmente seus elementos, pois individualmente eles não produzem qualquer sentido, deve-se, antes, apreender a interdependência que a estrutura promove entre os seus elementos constituintes" (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014a, p.36). O Estruturalismo busca, assim,

2 Cabe ressaltar que Ferdinand de Saussure (2006) jamais usou o termo "estrutura" em sua obra, preferindo o termo "sistema".

compreender todas as relações e as relações que encontram-se submetidas a estas relações dentro de determinada estrutura, além de compreender o que dá o fundamento a estas mesmas relações.

O Pós-Estruturalismo, por sua vez, encontra em Jacques-Derrida (2002) seu principal expoente. Criticando o movimento Estruturalista, Derrida (2002) fixa suas críticas na ideia de que a estrutura tenha qualquer espécie de centro, considerando a noção de centro enquanto o fundamento da estrutura. O problema, para Jacques-Derrida, "[…] está na ideia da "função" atribuída ao centro, no sentido de esse cumprir o papel, segundo a lógica estruturalista, de ser o fundamento estrutural transcendente" (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014a, p. 40).

De acordo com Mendonça e Rodrigues (2014a), para Derrida estrutura alguma possui qualquer tipo de significado transcendental (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014a). Sendo assim, no Pós-Estruturalismo, "a premissa fundamental […] reside na impossibilidade de se conceber a ideia de um centro ou fundamento último" (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014a, p.42), de modo que não existiria um fundamento final, uma vez que "[…] a hipótese "pós-clássica" afirma que o fundamento último é impossível não pelo excesso de possibilidades empíricas verificáveis, mas justamente pela inexistência de um fundamento definitivo como tal" (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014a, p.43). Tanto a teoria Estruturalista quanto a Pós-Estruturalista são, de acordo com Mendonça e Rodrigues (2014b), essenciais para a formulação da Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Portanto, passaremos a ela.

2.2 A teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

Segundo Mendonça e Rodrigues (2014b) a teoria do discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe é tida como uma ferramenta que permite a compreensão do social através da elaboração de ordens discursivas (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b). Ernesto Laclau, conforme destacam os autores, inicia sua teoria colocando no centro as noções de poder e de discurso, e assim reúne uma série de conceitos de diversas áreas, através dos quais "constrói um aparato teórico original, inserido numa matriz contemporânea, pós-estruturalista, que contempla a

contingência, a precariedade, a indeterminação e o paradoxo como dimensões ontológicas do social" (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b, p.48).

De acordo com Burity (2014) uma das críticas de Laclau às Ciências Sociais tradicionais é a necessidade de apenas descrever as coisas tal como elas se apresentam/são. Burity (2014) destaca que, para Laclau, é necessário pensar além, pensar na dimensão da significação e, mais, pensar também no caráter construtivo que a significação implica na realidade, isto é, o que faz com que determinado objeto/fenômeno seja uma coisa e não outra é mais que a realidade física, palpável ou perceptível visualmente, mas também todo um sistema de sentido atrelado ao objeto que determina que ele encontre-se ligado a um significado x e não y, podendo ser tanto x quanto y, isto é, quando fala-se em "mesa", pode-se estar referindo-se tanto a mesa de computador quanto a mesa de refeições, por exemplo (BURITY, 2014).

Segundo Burity (2014), "o sentido é co-constitutivo da realidade social, de modo que se pode dizer, sem qualquer associação com uma postura idealista, que não há nenhuma realidade social sem (o) sentido" (BURITY, 2014, p.62). Cabe apontar que o sentido, aqui, não é determinado por uma vontade individual, mas é construído e produzido socialmente, de modo que a produção de sentido obedece regras historicamente definidas e que já encontram-se, portanto, dadas, tornando possível que um sujeito/agente social, ao obedecer tais regras faça-se, através de sua ação ou fala, reconhecido pelos demais. Sendo assim, para Burity (2014) o discurso deve ser percebido como uma combinação de diferentes elementos articulados de modo a produzir sentido. Deste modo, "o processo de significação equivale a essa articulação de um significante e um significado", sendo "sentido como uso social da linguagem e sentido como um sistema de regras de articulação entre elementos que são distintos, diferentes" (BURITY, 2014, p.64).

De acordo com Burity (2014), Laclau propõe que seja retomado para as Ciências Sociais o processo de significação para a compreensão dos fenômenos sociais, uma vez que "não há uma apreensão possível da realidade que não demande constitutivamente uma passagem pelo discurso, pelo sentido, pela inserção de fatos físicos, humanos ou naturais, em sistemas de significação que situem e hierarquizem esses fatos no mundo" (BURITY, 2014, p.65).

Boa parte da Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau parte de uma crítica a corrente de pensamento marxista. Laclau parte de um dos principais

postulados marxistas visando transcender tal teoria. Ao problematizar algumas das categorias centrais do marxismo clássico, Laclau desenvolve reflexões acerca das noções de ideologia – importante noção na perspectiva marxista quanto as estruturas sociais de dominação – de discurso e de hegemonia. Propondo uma teoria do discurso que reforça o caráter de impossibilidade do social atingir um sentido final e que destaca antagonismos e a importância dos pontos de articulação para fixações sempre parciais de sentidos, Ernesto Laclau desenvolve sua teoria partindo das categorias marxistas até chegar em seu completo questionamento. Para o autor, o social não é uma totalidade que possa vir a ser explicada na relação entre dois grupos distintos, isto é, duas classes sociais distintas.

Segundo Mendonça e Rodrigues (2014b), para Laclau, o marxismo se limita em uma concepção essencialista de explicar a sociedade, uma explicação que se limitaria a explicar as relações sociais tendo como ponto principal e antagônico a relação entre capital e trabalho, de modo que Laclau, em oposição ao projeto teórico marxista, aponta que "o que existe efetivamente é um complexo espectro social formado por um sem número de identidades, constituídas a partir de relações discursivas antagônicas distintas do antagonismo de classe que […] têm *locus* particular e não um *a priori* universal" (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b, p.48).

A teoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe postula que o social apresenta um infinito de antagonismos possíveis, questionando a máxima marxista da totalidade da sociedade cindida em dois grupos principais e antagônicos entre si: a classe social opressora e a oprimida. Ernesto Laclau postula que a relação antagônica capital *versus* trabalho não é capaz de explicar o social e sua miríade de antagonismos. O social, em Ernesto Laclau, deve ser apreendido através da "lógica do discurso". A noção de discurso, uma das noções centrais em Ernesto Laclau, não é um somatório de palavras, mas a união indissociável entre palavras e ações.

Segundo Burity (2014), a formação discursiva, que encontra-se hegemonizada em um dado discurso em meio a uma pluralidade, é um conjunto articulado de discursos, isto é, um sistema de regras que produzem sentido. Os fenômenos sociais são, por sua vez, sobredeterminados, pois "todo fenômeno social é o cruzamento de diversas formas de construção" de acontecimentos e, portanto, "construção discursiva [de] acontecimentos" (BURITY, 2014, p.66). Discurso, enquanto combinação de diferentes elementos é, portanto, uma articulação entre as dimensões física e significativa de um dado fenômeno. O discurso é, assim, o

definidor das regras de produção de sentido que permitem falas e ações. Sendo assim, Burity (2014) aponta que Laclau utiliza o discurso “enquanto categoria teórica […] que procura dar conta das regras de produção de sentido pelas quais um determinado fenômeno encontra seu lugar no mundo social e num conjunto de discurso articulados entre si num determinado fenômeno específico” (BURITY, 2014, p. 66). O discurso também pode abarcar vontades coletivas que traduzem uma miríade de demandas, surgindo então a noção de antagonismo. Segundo Mendonça e Rodrigues (2014b), o conceito de antagonismo em Laclau é “entendido como a impossibilidade da constituição de um sentido objetivo ou finalístico de toda lógica discursiva” (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b, p. 51).

Para a compreensão da relação antagônica, torna-se necessário compreender que esta se dá entre o chamado “exterior constitutivo” que ameaça o chamado “interior” ou, “em outras palavras: um discurso tem bloqueado sua expansão de sentidos pela presença de um corte antagônico” (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b, p. 52). Segundo a teoria do discurso, é o antagonismo a condição necessária para a possibilidade de uma constituição discursiva. Mendonça e Rodrigues (2014b) apontam que “a relação interior/exterior é antagônica uma vez que a presença sempre constante de um impede a constituição completa do outro” e prosseguem dizendo que “[…] a produção de sentidos pelo interior discursivo está limitada pelo exterior antagônico, supondo-se assim, que o primeiro nunca poderá articular elementos do segundo sem que isso altere radicalmente suas estruturas” (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b, p. 52).

Conforme Mendonça e Rodrigues (2014b), todas as ações executadas por quaisquer sujeitos são dotadas de significado, de modo que “o social, portanto, é um social significativo, hermenêutico” (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b, p. 49). Tal afirmativa implica na ideia de que o social não é algo para vir a ser desvelado, mas sim compreendido em sua multiplicidade de possibilidades, de modo que “a realidade, como possibilidade de ser perscrutada, conhecida verdadeiramente, é uma impossibilidade, tendo em vista que esta é significada de diversas maneiras, a partir de diferentes estruturas discursivas” (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b, p. 49).

Segundo Burity (2014), discurso ainda pode ser definido como “uma forma de comunicação no contexto social e, de outro lado […], como um sistema de regras de produção social de sentido” (BURITY, 2014, p. 61). De acordo com Burity (2014) a

teoria de Ernesto Laclau apresenta duas características centrais sobre o discurso, quais sejam: primeiro, o discurso é tido como um pronunciamento e/ou fala, mas também como algo que não se resume a somente o ato de falar/discursar e, segundo, o discurso é tido como o primeiro termo capaz de construir uma formalização de seu objeto de estudo dentro do campo da linguística, isto é, o primeiro a construir uma formalização que buscasse "dar conta de um sistema de relações entre objetos, entre elementos, que constitui uma unidade significativa, um conjunto de regras de produção de sentido" (BURITY, 2014, p. 61). Sendo assim, na teoria de Ernesto Laclau, o discurso permitirá a realização de uma reflexão sobre política buscando compreender o lugar do sentido ao se pensar ações sociais.

Segundo Ernesto Laclau, o social não possui nenhuma possibilidade de alcançar um sentido final, isto é, um propósito fim, e talvez aqui perceba-se o maior reflexo de sua influência pós-estruturalista. Diante do exposto, o conhecimento pleno da sociedade é algo impossível, dada a possibilidade de construir sentidos, de a sociedade ser contínua e infinitamente significada de diversas formas. Destarte, "mesmo que um discurso consiga fazer-se contingentemente hegemônico, esse não o será para todo o sempre, como um 'fim da história" (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b, p. 50), reforçando, assim, que não há possibilidade de vislumbrar cenários finais. A emancipação da sociedade, nesse sentido, enquanto uma espécie de "libertação completa", do ultrapassar uma suposta linha de chegada ou alcance de um propósito final tratar-se-ia, portanto, de uma impossibilidade.

2.3 A noção de Significante Vazio na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe

Na perspectiva laclauniana, significante vazio é um significante sem significado (LACLAU, 2011). Tal afirmação, de acordo com Laclau (2011), traz um problema: como é possível que um significante, não necessariamente ligado a um significado, ainda assim constitua parte integral de um sistema de significações? Laclau (2011) aponta que uma sucessão de sons – tomemos a sucessão de sons enquanto algo ininteligível – que esteja desprendida de quaisquer significados determinados, só pode continuar sendo um significante através do que o autor coloca como uma subversão do signo implicada pela própria noção de significante

vazio, isto é, buscar-se-ia um requerimento interno do significado no processo de significação.

De acordo com Laclau (2011), se considerarmos que um mesmo significante possa vir a ser vinculado a diferentes significados em diferentes contextos, o significante não constituiria um significante vazio, mas sim um significante equívoco. Por outro lado, considerar que o significante não assuma caráter equívoco, mas ambíguo, significa considerar, conforme Laclau (2011), que uma sobredeterminação – ou mesmo uma subdeterminação – de significados impediu que um dado significante fosse fixado. Sendo assim, segundo Laclau (2011) o caráter flutuante que assume o significante não o torna necessariamente um significante vazio.

Para Ernesto Laclau (2011), um significante vazio surge de um processo de significação que necessariamente abarque uma impossibilidade estrutural. Tal impossibilidade, por sua vez, significa-se a si mesma enquanto descontinuação da estrutura do signo (LACLAU, 2011), isto é, os limites do processo de significação só se apresentam enquanto impossibilidades de alcançar o que está no interior desses limites.

Laclau (2011) aponta que a totalidade da língua encontra-se necessariamente implicada em cada processo, ainda que individual, de significação. Sendo assim, a totalidade é necessariamente um requisito essencial de toda significação. No tocante aos limites de um sistema de significação, cabe apontar que tais limites não constituem significados, mas se apresentam enquanto descontinuação ou mesmo quebra do processo de significação. De acordo com Laclau (2011), portanto, os limites constituem a condição necessária da existência de quaisquer sistemas significativos, ao mesmo tempo que atuam enquanto condição de sua impossibilidade. Os limites, segundo o autor, nunca apresentam caráter de neutralidade, mas sim de exclusão. Um limite que seja neutro, seria contínuo ao que encontra-se em seus lados, ainda que um lado seja distinto do outro (LACLAU, 2011). No entanto, como aqui fala-se de totalidade e, mais precisamente, de totalidade significativa enquanto um sistema de diferenças, ambos os lados são partes integrantes de um mesmo sistema e os limites de ambos os lados, conforme destaca Laclau (2011) poderiam apresentar-se enquanto limites do próprio sistema. Num contexto de exclusão, por sua vez, surgem limites autênticos e necessariamente antagônicos, uma vez que a realização do que encontra-se além do limite da exclusão resulta na impossibilidade do que está aquém do limite.

No tocante à lógica de operação dos limites excludentes, Laclau (2011) aponta para alguns efeitos: Primeiro, um limite excludente introduz uma ambivalência no seio do sistema de diferenças que o próprio limite excludente institui. Cada elemento do sistema conquista identidade à medida que é diferente dos demais e todas as diferenças são equivalentes umas às outras uma vez que encontram-se dentro da fronteira da exclusão (LACLAU, 2011). Segundo, o que está além da fronteira de exclusão deve ser reduzido a uma negatividade pura, isto é, à ameaça que precisamente o que encontra-se além da fronteira apresenta para o sistema, uma vez que só pode haver limites e sistema se o que estiver além da fronteira de exclusão for percebido enquanto um significante do que está excluído. Terceiro, não há como significar os limites do processo de significação a não ser através da subversão deste processo.

De acordo com Laclau (2011) é somente quando os significantes perdem o vínculo com quaisquer significados particulares para representar o ser do sistema que o processo de significação é possível (LACLAU, 2011). Nesse sentido, conforme destaca Ernesto Laclau (2011), existem significantes vazios no campo da significação pois o próprio sistema de significação encontra-se estruturado em torno de um lugar vazio resultado da impossibilidade de gerar um objeto requisitado pela sistematicidade do próprio sistema (LACLAU, 2011).

Segundo Laclau (2011), o sentido de toda a luta concreta – da classe trabalhadora – encontra-se dividido. O objetivo concreto da luta é mais que o próprio objetivo a ser alcançado, mas também uma oposição ao sistema. O significado dividido aparece, primeiro, enquanto caráter diferencial das reivindicações e mobilizações com relação a todas as outras reivindicações e mobilizações. O segundo significado, por sua vez, aparece no caráter de equivalência de todas as reivindicações e mobilizações em sua face comum, que é a oposição ao sistema. A representação do sistema enquanto uma totalidade depende necessariamente da prevalência do caráter de equivalência em relação a dimensão de diferença (LACLAU, 2011). Os significantes vazios, aqui, apresentam papel-chave: Renunciam sua identidade diferencial para representar uma identidade equivalencial. Cabe apontar, no entanto, que tal função de representar uma identidade equivalencial não apresenta um significado fixado. A comunidade, segundo Laclau (2011), se constitui enquanto uma plenitude ausente incapaz de apresentar uma forma própria de

representação, tomando emprestada tal forma de representação de alguma identidade constituída dentro do espaço equivalencial (LACLAU, 2011).

De acordo com Ernesto Laclau (2011), os significantes vazios enquanto significantes de uma totalidade ausente emergem uma vez que ocorra o esvaziamento de um significante daquilo que o liga a um significado diferencial e mesmo particular. Cumpre destacar que, de acordo com o autor, nem toda a luta é capaz de articular seu conteúdo transformando-o em um ponto nodal que transforme-se em um significante vazio. É quando um conteúdo particular passa a representar a plenitude ausente que ocorre uma relação hegemônica, e são os significantes vazios as condições necessárias da hegemonia (LACLAU, 2011). A prática hegemônica, segundo Laclau (2011), apresenta a particularidade de um grupo enquanto raiz de um significante vazio que faz referência a uma ordem comunitária ainda que ausente. A ordem presente, fazendo referência a algo ausente, torna-se um significante vazio, isto é, um significado de tal ausência. Nesse sentido, a política só é possível uma vez que a ordem constitutiva de uma sociedade represente-se produzindo significantes vazios (LACLAU, 2011).

2.4 A noção de Hegemonia na teoria do Discurso de Laclau e Mouffe

Um conceito essencial para a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe é a noção de hegemonia. Segundo Mendonça e Rodrigues (2014b), “hegemonia é uma relação em que uma determinada identidade, em um determinado contexto histórico, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplos elementos” (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b, p. 53).

Burity (2014) aponta que a noção de hegemonia em Laclau pode ser compreendida enquanto a competência de representar algo mais amplo a partir de uma “posição particular”. Podemos tomar como exemplo, aqui, uma manifestação cujo principal enfoque é a educação. Nesta manifestação podem surgir inúmeras demandas e de diferentes tipos, mas todas interligam-se entre si pela questão da educação. Burity (2014) cita o exemplo de um “inimigo comum” ou um “adversário comum”, que atuaria como ponto nodal através do qual se compartilharia alguma subjetividade. Segundo Burity (2014) o conceito de hegemonia implica “a capacidade que uma demanda demonstre de interpelar um conjunto de outras

demandas, de tal maneira que elas se reconheçam como parte daquela" (BURITY, 2014, p. 71), capacidade essa que aponta como um processo de "universalização do particular".

De acordo com Burity (2014), para que um determinado discurso abarque as aspirações de transformações numa dada sociedade, "é preciso que uma particularidade seja capaz de esvaziar o sentido de suas demandas para incorporar demandas de várias outras origens que nela se reconhece" (BURITY, 2014, p.72), de modo que um discurso amplo "represente", também, posições particulares.

A noção de hegemonia encontra-se, na teoria laclauniana, em contraposição à ideia de falta constitutiva. Essa última, segundo Mendonça e Rodrigues (2014b), leva à ideia de que as identidades sempre se formam de maneira incompleta, seja pela articulação incompleta de sentido, seja por relação direta ou indireta com outras identidades ou mesmo por negação de constituição da própria identidade. Para Ernesto Laclau, a hegemonia do discurso, isto é, a hegemonia discursiva, é um "lugar" de infindáveis disputas entre uma miríade de discursos dispersos que, conforme fora dito anteriormente, possuem sentido e disputam um lugar no social (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b).

Buscando construir a genealogia do conceito de hegemonia, Laclau e Mouffe (2004) trazem, *em Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, uma apresentação do conceito desde o seu surgimento, ressaltando que a noção de hegemonia surgiu para preencher uma lacuna que havia se estabelecido no que os autores chamaram de necessidade histórica, isto é, o conceito de hegemonia visava preencher uma lacuna que havia se estabelecido ou, em outras palavras, conforme apontam Laclau e Mouffe (2004), o conceito de hegemonia seria uma resposta a uma crise ou, ainda, que hegemonia é um "[…] concepto clave para la comprensión del tipo mismo de unidad existente en toda formación social concreta" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p.16).

Apresentando as diferentes respostas à crise que se havia posto, Laclau e Mouffe (2004) perfazem um caminho que resgata apontamentos sobre o conceito de hegemonia numa análise de distintos autores, começando por Rosa Luxemburgo. Aqui, dado o conceito de hegemonia na perspectiva de "vazio" cujo conceito busca preencher, é apontado que é nos múltiplos reflexos de uma necessidade histórica que se construirá uma nova lógica do social. Nesta perspectiva, apresentam a luta econômica e a luta política pelo olhar da sociedade burguesa, na qual a luta

econômica tende a uma grande fragmentação, o que a leva a tornar-se mais uma luta individual entre cada empresa numa disputa por mercado (LACLAU e MOUFFE, 2004). No mesmo cenário, segundo Laclau e Mouffe (2004), a luta política deixa de ser executada pela massa através de ação direta, mas sim através de acordos fixados por modelos representativos. Conforme apontam os autores, na perspectiva de Rosa Luxemburgo, a classe trabalhadora encontra-se fragmentada e a sua unificação só poderia acontecer através de um processo de revolução. Nesse sentido, Laclau e Mouffe (2004) apontam que essa teoria "espontaneísta" sofre crítica não somente pela afirmação quanto a impossibilidade de prever o curso que toma um processo revolucionário ante a multiplicidade de direções que pode seguir, mas, também, porque o que está em jogo não é somente essa multiplicidade de possibilidades, mas também "[...] la constitución de la unidad del sujeto revolucionario a partir de dicha complejidad y variedad" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 21).

Partindo desses apontamentos, Laclau e Mouffe (2004) apresentam a classe trabalhadora enquanto uma "unidade simbólica", isto é, ainda que apresentando uma miríade de reivindicações específicas, as mobilizações, conforme destacam os autores, constituem parte do conjunto do chamado processo revolucionário. Os ditos "efeitos totalizantes" são destacadamente percebidos pelos autores nas sobredeterminações das lutas (LACLAU e MOUFFE, 2004). Ainda fazendo referência a Rosa Luxemburgo, Laclau e Mouffe (2004) apontam que "por un lado, pues, el análisis de Rosa Luxemburgo ha multiplicado los puntos de antagonismo y formas de lucha [...] hasta el punto de hacer estallar toda capacidad de control y planificación por parte de una dirección sindical o política" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 22-23) e seguem dizendo que "por otro lado, ha propuesto a la sobredeterminación simbólica como mecanismo concreto de unificación de las mismas" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 23). Segundo Laclau e Mouffe (2004), o conceito de hegemonia surgirá num contexto tanto de fragmentação quanto de indeterminação da articulação entre lutas e posições distintas dos sujeitos.

Ainda tratando da questão da luta de classes, Laclau e Mouffe (2004) apontam as mazelas da sociedade capitalista enquanto fomentadora da concentração tanto de propriedade quanto de riqueza nas mãos de uns poucos. Nesse sentido, apontam as leis próprias do desenvolvimento capitalista como

principal impedimento para a autonomização no interior da classe trabalhadora. Laclau e Mouffe (2004) propõem, então, três respostas para a crise sobre a qual discutiu-se anteriormente. A primeira resposta apresenta um viés marxista. A segunda, parte de um viés revisionista e a terceira, por sua vez, adentra na perspectiva do sindicalismo revolucionário. A primeira resposta sofre crítica principalmente porque, conforme apontam os autores, a teoria marxista não pode determinar o que chamam de "sistema completo y armonioso del mundo" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p.53). Sendo assim, o momento em que a classe trabalhadora encontra-se unificada se dá apenas num momento político, no qual

> el centro de constitución de lo que podríamos llamar la configuración relacional o forma articulatoria de una sociedad se desplaza hacia el campo de las superestructuras y, en verdad, la misma distinción base/superestructura pasa a ser borrosa y problemática (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 4).

A segunda resposta parte do viés revisionista, como uma crítica à crise do marxismo, e busca principalmente um momento de superação da fragmentação e, consequentemente, sua recomposição. Cabe apontar que aqui faz-se referência ao processo evolutivo da sociedade, numa perspectiva de progresso. Cabe apontar, ainda, a ruptura que se deu com relação ao objetivo mecanicista que colocava os sujeitos enquanto transcendentes. O surgimento do sujeito ético é o que torna possível, conforme destacam Laclau e Mouffe (2004), caminhar rumo a uma teoria de articulação e no desenvolvimento do conceito de hegemonia (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 67). No sentido de progresso, o trabalhador passa a ser, para além de apenas trabalhador, também um cidadão, numa espécie de "humanização capitalista". Ao trazer Bernstein, Laclau e Mouffe (2004) destacam que o autor aponta um ponto-chave: o trabalhador já está inserido no Estado, não sendo, portanto, uma parte exterior a ele. Na terceira e última resposta para a crise, é apontado que "la infraestructura es incapaz de asegurar, en el presente, la unidad de la clase" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 70-71).

De acordo com Laclau e Mouffe (2004), "el discurso que lo instituye no pretende determinar grados diferenciales de efectividad en el interior de una topografía de lo social, sino poner límites a la capacidad abarcante y determinante de toda estructura topográfica" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 82). Segundo Laclau e Mouffe (2004), é essa perspectiva a responsável por tornar possível a fórmula que postula que a infraestrutura não atua como determinante do todo, uma vez que

sempre há intervenções, seja da consciência, seja da vontade, por exemplo, no curso da história (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 82). O dualismo ao qual se referem os autores se apresenta como um “dualismo espúrio”, dado que “para afirmar que algo es absolutamente determinado y establecer una línea nítida que lo separe de lo indeterminado, no es suficiente establecer la especificidad de la determinación; es preciso además afirmar la necesidad de la misma” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 83). Laclau e Mouffe (2004) destacam que este dualismo responde a questão da “imposibilidad de encontrar en la determinación estructural un fundamento al tipo de lógica política que permite combatir, en el presente, las tendencias a la fragmentación” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 83).

Para aprofundarem-se no conceito de hegemonia, Laclau e Mouffe (2004) trazem Perry Anderson, apresentando que, segundo estudo realizado pelo autor, o conceito de hegemonia surgiu para preencher uma lacuna deixada por uma crise ocasionada pelo “desenvolvimento histórico normal”. A hegemonização, neste contexto, conforme apontam os autores, aparece num terreno dominado por uma tensão constante entre dois tipos de relações, sendo: “a) la relación entre la tarea hegemonizada y la clase que es su agente «natural», y b) la relación entre la tarea hegemonizada y la clase que la hegemoniza” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 87).

Para Laclau e Mouffe (2004), a articulação entre esses dois tipos de relações se constrói em um campo teórico no qual a primeira relação é a dominante. De acordo com os autores, ambos os tipos de relações não podem articular-se apenas de modo conceitual, pois “la relación b) carece de toda especificidad conceptual positiva y se reduce a ser un campo de derivación contingente en las relaciones entre agentes constituidos fuera de la misma” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 89).

No contexto leninista, o conceito de hegemonia, por sua vez, é considerado, dentro do seio da aliança entre as classes, como uma direção política (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 95). A centralidade atribuída à classe trabalhadora nesse cenário não é prática, mas sim ontológica (LACLAU e MOUFFE, 2004). Aqui, cabe antecipar a perspectiva gramsciana trazida por Laclau e Mouffe (2004), na qual a centralidade política que apresenta a classe trabalhadora depende necessariamente “del transformar su propia identidad articulando a la misma una pluralidad de luchas y reivindicaciones democráticas — tiene, por tanto, un carácter histórico” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 123).

Laclau e Mouffe (2004) trazem a prática socialista enquanto exemplo para ilustrar a noção de hegemonia. Para os autores, é através da recomposição hegemônica que surge um espaço potencial para a expansão da prática socialista, pois “sin hegemonía, la práctica socialista sólo puede concentrarse en las reivindicaciones e intereses de la clase obrera” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 100). Sendo assim, é somente quando cria-se uma identidade de classe hegemônica que a hegemonia passa a ser concebida como uma reconstrução democrática da nação formada por um núcleo de classe (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 106). O discurso comunista se vê, diante do exposto, conforme destacam os autores, sendo confrontado por uma série de questões, quais sejam: a) a dificuldade de caracterizar uma pluralidade de antagonismos presentes nas definições distintas entre massas e classes e; b) a existência da possibilidade de manter um caráter proletário com respeito a força hegemônica num contexto em que são incorporadas também as reivindicações das massas (LACLAU e MOUFFE, 2004).

Surge, então, outra questão: “cómo mantener la identidad clasista del sector hegemónico?” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 112). Aqui, Laclau e Mouffe (2004) propõem duas respostas ou, em outras palavras, duas vias que percorrem, de um lado, a via democrática e, de outro, a via autoritária. Antes de adentrar nas respostas, cabe ressaltar ambas as práticas. Na prática democrática da hegemonia, busca-se cada vez maior transparência no processo de representação. Em uma prática autoritária, por sua vez, a representação assume papel fundamental. Nesse contexto, o discurso comunista, crescentemente tomado pela noção de hegemonia, deveria oscilar, segundo Laclau e Mouffe (2004), numa contradição entre práticas democráticas e práticas autoritárias. Sendo assim, a primeira resposta à questão se daria através da expansão do modelo de representação, uma vez que uma instância, ao representar a outra, abarcariam juntas toda a série de classes. A segunda resposta, por sua vez, se daria através não de representação, mas de articulação, isto é, num dado contexto de diversidade estrutural possibilitada pelas mais diversas relações entre agentes sociais, o resultado não é uma essência comum, mas sim o efeito de luta e construção dada através da política. Nesse contexto, a emergência do povo enquanto principal agente político é resultado da relação de equivalência entre classes, responsável pelo desdobramento das identidades de classe e que leva a novas polarizações, cabendo ressaltar que, como

reiteram Laclau e Mouffe (2004) tal processo só teria espaço na seara de práticas hegemônicas (LACLAU e MOUFFE, 2004).

É quando a relação hegemônica deixa de apresentar apenas caráter factual, que pode atuar definitivamente enquanto um componente estável de formação político-discursiva (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 112). A classe trabalhadora, assim, enquanto agente hegemônico, não é dependente de uma estrutura privilegiada, mas, na realidade, de uma iniciativa na qual tenha se empenhado. Deste modo, uma vez que a classe trabalhadora passe a atuar no contexto das massas, ela deixa de lado a sua luta somente no âmbito da luta de classes, e passa a atuar como articuladora de uma miríade de antagonismos e reivindicações das mais diversas (LACLAU e MOUFFE, 2004).

Buscando aprofundar-se ainda mais no conceito de hegemonia, Laclau e Mouffe (2004) partem de uma precisa localização discursivo-teórica na qual o conceito se desenvolve ao longo do tempo. Segundo Laclau e Mouffe (2004) o termo hegemonia não trata de um espaço que encontrava-se “teoricamente vazio” e que o conceito busca preencher através da constituição de relações hegemônicas.

Segundo Laclau e Mouffe (2004), o conceito de hegemonia não se apresenta como algo localizado e impensado, mas, por outro lado, o conceito de hegemonia “es el del estallido de una concepción de la inteligibilidad de lo social que reduce sus distintos momentos a la interioridad de un paradigma cerrado” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 156). Nesse sentido, o conceito de hegemonia está necessariamente ligado, tal como destacam Laclau e Mouffe (2004), a categoria de articulação – cabe salientar, a categoria de articulação enquanto prática. Deste modo, a construção do conceito de hegemonia não se dá através de simples esforço especulativo, mas sim através de um movimento estratégico extremamente complexo “que requiere negociar entre superficies discursivas mutuamente contradictorias” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 156).

Para ilustrar essa discussão, Laclau e Mouffe (2004) trazem algumas percepções acerca da sociedade. É trazida, por exemplo, a perspectiva de Althusser, para o qual a sociedade é vista enquanto um conjunto estruturado dotado de alta complexidade. A complexidade, segundo Althusser, conforme trazem Laclau e Mouffe (2004) é inerente a um processo de sobredeterminação, conceito chave na teoria do autor. O conceito de sobredeterminação se constitui no campo simbólico, pressupondo uma sequência de encaminhamentos simbólicos e pluralidade de

sentidos numa espécie de fusão. Retomando a questão das relações sociais, seu caráter simbólico – ou sobredeterminado – é apresentado na falta de uma literatura que coloque as relações sociais para além de uma sucessão de momentos necessários a uma lei que é dada.

Adentrando no conceito de articulação enquanto um dos pontos-chave para a compreensão do conceito de hegemonia, os autores propõem que se recuse a noção de sociedade como totalidade fundadora de seus processos parciais, partindo, em vez disso, de uma ideia de que a abertura do social é uma espécie de essência negativa do existente (LACLAU e MOUFFE, 2004). Nessa perspectiva, todas as ordens sociais seriam precárias, isto é, fadadas ao fracasso no intento de compreender as diferenças do campo social. A ordem social aqui, segundo Laclau e Mouffe (2004), não pode ser compreendida como um conceito subjacente, do mesmo modo que as múltiplas formas que o social apresenta não podem ser percebidas a partir de um emaranhado de mediações, mas sim através de articulações. Buscando vincular as noções de articulação e de discurso, Laclau e Mouffe (2004) definem: a) articulação enquanto "toda práctica que establece una relación tal entre elementos, que la identidad de éstos resulta modificada como resultado de esa práctica" (LACLAU E MOUFFE, 2004, p. 176); b) discurso como uma totalidade estruturada que é resultante da prática articulatória; c) momentos enquanto posições diferentes e, no entanto, articuladas, dentro de um dado discurso e, por fim; d) elementos como posições que não encontram-se articuladas dentro de um dado discurso. Conceitos chaves para que possa surgir a noção de estrutura discursiva. Estrutura discursiva, conforme Laclau e Mouffe (2004), trata-se de uma prática articulatória responsável por constituir e organizar as relações sociais (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 161-162).

Laclau e Mouffe (2004) apontam que toda estrutura discursiva apresenta caráter material, em contraponto à ideia de caráter mental inerente ao discurso. Disso, segue que: "la materialidad del discurso no puede encontrar el momento de su unidad en la experiencia o la conciencia de un sujeto fundante, ya que el discurso tiene una existencia objetiva y no subjetiva" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 185).

Duas questões ainda são tratadas pelos autores antes de adentrar necessariamente numa formulação do conceito de hegemonia. São elas a noção do caráter do sujeito e o conceito de antagonismo. No tocante ao caráter do sujeito, surgem dois problemas, conforme apontam Laclau e Mouffe (2004). Primeiro: "el

problema relativo al carácter discursivo o prediscursivo del sujeto, y aquel relativo al tipo de relación existente entre distintas posiciones de sujeto" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 195). De acordo com Laclau e Mouffe (2004), todas as posições tomadas pelos sujeitos são posições discursivas. A categoria do sujeito, nesse sentido, apresenta um caráter polissêmico e ambíguo com relação à sobredeterminação acordada sobre toda a identidade discursiva. Tal dispersão quanto às posições do sujeito, segundo Laclau e Mouffe (2004), possibilita que, uma vez que não haja pretensão de consolidação de nenhuma posição enquanto posição separada, é reforçado o "jogo de sobredeterminação" que traz luz a um horizonte no qual uma totalidade seria possível (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 208).

Para Laclau e Mouffe (2004) os indivíduos são partícipes dos mais diversos sistemas de crenças que podem ser contraditórios entre si, sem necessariamente estabelecer quaisquer relações antagônicas, trazendo, então o conceito de antagonismo. Segundo os autores, é no antagonismo que se mostram os limites da objetividade. Além disso, apontam que "[…] los antagonismos no son interiores sino exteriores a la sociedad; o, mejor dicho, ellos establecen los límites de la sociedad, la imposibilidad de esta ultima de constituirse plenamente" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 216).

Laclau e Mouffe (2004) apontam que a emergência do conceito de hegemonia se dá no campo das práticas articulatórias. Segundo os autores, em um sistema fechado, no qual as identidades relacionais e os sentidos encontram-se absolutamente fixados, não há lugar para uma prática hegemônica, isto é, um sistema que excluísse todos os significados flutuantes não teria espaço algum para articulações e, deste modo, "el principio de repetición dominaría toda práctica en el interior del mismo, y no habría nada que hegemonizar" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 229). É nesse sentido que a hegemonia necessita da abertura do social, ocasionada numa perspectiva em que necessariamente ocorrem práticas articulatórias. De acordo com Laclau e Mouffe (2004), tais práticas articulatórias têm lugar tanto no interior de espaços sociais e políticos quanto entre tais espaços. A autonomia de algumas esferas não constitui problema, uma vez que, conforme apontam Laclau e Mouffe (2004), "la autonomía, lejos de ser incompatible con la hegemonía, es una forma de construcción hegemónica" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 239).

Laclau e Mouffe (2004) ainda trazem um panorama da história europeia contemporânea quanto a percepções acerca da sociedade, começando com a perspectiva de Arthur Rosenberg. Rosenberg, conforme destacam Laclau e Mouffe (2004), ao refletir sobre a relação entre socialismo e democracia, estudou o fracasso de ambos os casos partindo da incapacidade tanto do socialismo quanto da democracia de construir formas orgânicas de unidade entre ambos. Laclau e Mouffe (2004) então trazem a democracia enquanto protagonista dos enfrentamentos históricos ocorridos na Europa, principalmente entre 1789 e 1848, primeiro através do povo, ainda que enquanto massa pouco organizada e heterogênea e, posteriormente, através da ação dos sindicatos. O processo de crescente organização e articulação tenderia, a princípio, para um momento de maior racionalidade política por parte dos indivíduos subordinados. Segundo Laclau e Mouffe (2004), a democracia apresenta inicialmente um caráter amorfo, vulnerável e instável, sendo pouco favorável para quaisquer lutas contra a ordem estabelecida. No entanto, a classe trabalhadora não foi capaz de constituir o povo enquanto agente histórico. Tal incapacidade teria sido, conforme Rosenberg (apud Laclau e Mouffe, 2004), neste primeiro momento, a falha principal da social-democracia. Sendo assim, a construção de um polo popular unificado se apresentava como algo cada vez mais difícil de ser executado, “a medida que la complejización e institucionalización crecientes de la sociedad capitalista [...] llevaban a la corporatización y separación de aquellos sectores que, idealmente, hubieran debido ser unificados en el seno del pueblo” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 246-247).

Neste cenário – de declínio de uma forma política – a divisão do social em dois campos antagônicos entre si “es un dato originario e inconmovible, previo a toda construcción hegemónica” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 248). Nesse sentido, a forma hegemônica da política se apresenta enquanto condição necessária para toda identidade coletiva, dado que, para Laclau e Mouffe (2004), são as práticas articulatórias que determinam o princípio da divisão social. Um dos primeiros problemas aqui, conforme destacam Laclau e Mouffe (2004), é que a divisória a partir da qual “el antagonismo se constituye bajo la forma de dos sistemas opuestos de equivalencias, se tornó crecientemente frágil y ambigua” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 249).

Laclau e Mouffe (2004) defendem a aceitação da pluralidade e da indeterminação do social – enquanto bases essenciais para a constituição de um

novo imaginário social – como fundamentais para se pensar um novo projeto de democracia radicalizada. Tal projeto, conforme apontam, encontra condições de emergência na seara da revolução democrática. No tocante às revoluções democráticas, os autores apontam as distintas lutas contra o poder vigente, destacando que as lutas contra a subordinação não são – e nem poderiam ser – resultados das próprias situações de subordinação. Nesse sentido, as formas de resistência podem apresentar as mais variadas formas, nem sempre apresentando necessariamente um caráter político de ação. A política, por sua vez, conforme ressaltam Laclau e Mouffe (2004), "no puede ser localizada a un nivel determinado de lo social, ya que el problema de lo político es el problema de la institución de lo social, [...] de la definición y articulación de relaciones sociales en un campo surcado por antagonismos" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 251-252). No tocante as terminologias, torna-se importante diferir as noções de subordinação, opressão e dominação para a compreensão das relações e das constituições das lutas e da formação de antagonismos.

Para Laclau e Mouffe (2004), uma relação de subordinação é aquela em que um dado sujeito encontra-se diretamente submetido as decisões de outro. As relações de opressão, por sua vez, são relações de subordinação que constituem antagonismos. Já as relações de dominação, por outro lado, são relações de subordinação ilegítimas quando vistas sob a perspectiva de agentes exteriores. De acordo com Laclau e Mouffe (2004), portanto, "no hay relación de opresión sin la presencia de un exterior discursivo a partir del cual el discurso de la subordinación pueda ser interrumpido" (LACLAU e MOUFFE E 2004, p. 253). Na perspectiva de Laclau e Mouffe (2004), só emergirão condições que tornem possível as lutas contra os mais diversos tipos de desigualdade quando se formar um discurso democrático que seja capaz de articular as mais diversas formas de resistência às relações de subordinação. As variadas relações de subordinação, por sua vez, apresentando novas extensões de equivalências, elucidam novas direções para a revolução democrática. Nesse contexto, surgem os novos movimentos sociais.

Os novos movimentos sociais, algumas das condições de possibilidade de emergência de um discurso cada vez mais democrático, de acordo com Laclau e Mouffe (2004), compreendem um leque de lutas das mais diversas, como luta feminista, luta antirracista e etc, nesses casos, "lo que permite a las resistencias asumir el carácter de luchas colectivas es la existencia de un exterior discursivo, que

impide estabilizar la subordinación como diferencia" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 262). Tais movimentos, enquanto extensões da revolução democrática, apresentam novidades em si, apresentando, ainda, grande articulação das relações nos mais diversos conflitos sociais, sempre expostos tendo como pano de fundo o capitalismo enquanto característica própria das sociedades industrializadas e avançadas, pois "no hay prácticamente ningún dominio de la vida individual y colectiva que escape a las relaciones capitalistas" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 265). Nesse cenário dominado pelo capitalismo, também surge, como origem de novas formas de antagonismos, a burocratização enquanto nova forma de regulação das relações sociais.

Segundo Laclau e Mouffe (2004), é somente situando em um contexto de mercantilização e burocratização e de reformulação da ideologia liberal-democrática que é possível compreender a expansão do campo dos conflitos sociais e a consequente emergência de novos sujeitos políticos (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 269). As novas lutas, próprias dos novos movimentos sociais, devem ser percebidas, de acordo com Laclau e Mouffe (2004), sob duas perspectivas distintas, quais sejam: por um lado, através de "la transformación de las relaciones sociales características de la nueva formación hegemónica" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 272) e, por outro lado, através de "los efectos de desplazamiento a nuevas áreas de la vida social del imaginario igualitario constituido en torno al discurso liberaldemocrático" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 272). Nesse contexto, surge a possibilidade de aprofundamento numa concepção mais pluralista e democrática, dando espaço para uma noção de democracia plural e radicalizada. Tal projeto de democracia plural e radicalizada, para Laclau e Mouffe (2004) "no es otra cosa que la lucha por una máxima autonomización de esferas, sobre la base de la generalización de la lógica equivalencial–igualitaria" (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 275). Em uma revolução democrática, cabe salientar, opera a lógica do deslocamento de um imaginário igualitário, no entanto, sem nenhuma determinação sobre qual direção deve seguir este mesmo imaginário (LACLAU e MOUFFE, 2004, p.277).

Segundo Laclau e Mouffe (2004), como o social apresenta grande ambiguidade, é impossível estabelecer sentidos finais – ou sentidos últimos – para as lutas, senão dentro de um contexto relacional e discursivo. A definição de sentido dos antagonismos, conforme Laclau e Mouffe (2004), depende necessariamente de uma articulação hegemônica, cabendo ressaltar também que mesmo as cadeias de

equivalências destas articulações hegemônicas podem apresentar naturezas das mais distintas. Uma alternativa para as novas esquerdas que se constituem torna-se, então, a democracia radical, isto é, a tarefa da esquerda seria de aprofundar-se na ideologia liberal-democrática e “expandirla en la dirección de una democracia radicalizada y plural” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 291), tornando-se necessária a busca contínua pela expansão das cadeias de equivalências para abarcar a contínua emergência de novas lutas.

3 POR UMA ESTRUTURAÇÃO DISCURSIVA: O PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO E SEU PROGRAMA PARTIDÁRIO

O presente capítulo busca apresentar o programa partidário do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB à luz da Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Para tal, busca-se identificar a estrutura discursiva do programa partidário a partir de sua totalidade estruturada resultante de suas práticas articulatórias, isto é, seu discurso, além de identificar as articulações, momentos e elementos que constituem a estrutura discursiva em questão. O presente capítulo ainda apresenta um breve histórico de criação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. De MDB – Movimento Democrático Brasileiro surgido enquanto principal canal de oposição na época da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), uma vez instaurado o bipartidarismo no Brasil, até tornar-se o maior partido brasileiro em número de filiados e de prefeituras que ocupa (PMDB, 2012c).

3.1 Breve Histórico de criação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro

A maioria dos estudos sobre partidos políticos no Brasil buscou analisar o Partido dos Trabalhadores – PT (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; MELO, 1994; TELLES 1997 e 2003; RIBEIRO 2008). Ao PMDB, foram dedicados escassos estudos (KINZO, 1988; FERREIRA, 2002; FERREIRA E RIBEIRO, 2009; MELO, 2013), a despeito da capilaridade do partido, de sua história enquanto principal partido de oposição no período do Regime Militar, uma vez instaurado o bipartidarismo no Brasil, e dos números alcançados pelo partido[3].

Atualmente, o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, é o maior partido do Brasil em número de filiados e em número de prefeituras e de vereadores (PMDB, 2012c), além de ser o partido com a maior representação no Congresso Nacional atualmente[4]. É ainda o maior partido do Brasil em número de simpatizantes (PMDB, 2012c) e tem sido um partido essencial no chamado presidencialismo de coalizão, tendo realizado coalizões essenciais para a

3 De acordo com o site do PMDB, TSE (2016), o PMDB conta com 2.362.846 filiados. O partido ainda está formalmente distribuído ocupando 996 prefeituras (sendo 2 prefeituras de capitais), 817 vice-prefeituras e 7.935 cargos de vereança, dentre outros cargos.

4 O PMDB possui uma bancada de 64 membros, perdendo apenas para o Bloco Parlamentar formado pelos partidos PP, PTN, PHS e PTdoB, que possuem uma bancada de 71 membros.

manutenção do poder nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e nos dois mandatos de Dilma Rousseff (2011-2016) (MELO, 2013). A despeito de estar formalmente organizado no país na ocupação de diversos cargos, o partido nunca elegeu um presidente da república diretamente, isto é, através do voto direto.

De acordo com Melo (2013), “um partido político não é um bloco homogêneo; eles são compostos de inúmeras fisionomias e possuem objetivos de curto e longo prazo” (MELO, 2013, p. 20). Nesse sentido, um partido pode apresentar diversos objetivos ao longo de sua trajetória, articulando-se de formas distintas em diferentes momentos buscando consolidar-se e alcançar a representação que anseia.

A história do PMDB, segundo o próprio partido, é “a história do Brasil que continuou pulsando a partir de 1964” (PMDB, 2012a, s.p). O MDB – Movimento Democrático Brasileiro, embrião do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro, foi fundado oficialmente em 1966, numa resposta ao bipartidarismo instaurado no Brasil pelo Ato Institucional de número 2 – AI-2. Tal ato visava reproduzir o mesmo modelo bipolar norte-americano, dividido entre democratas e republicanos (PMDB, 2012a, s.p). Uma vez decretado o Ato Institucional de Número Dois e extinto o pluralismo partidário no Brasil, declarando um regime de bipartidarismo, foram criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o então partido de oposição ao governo, qual seja, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O MDB encontrou em Ulysses Guimarães e Franco Montoro, além de Caruso da Rocha, importantes indivíduos em sua trajetória inicial, apontando possibilidades e limites para a oposição realizada a ARENA. Oscar Passos foi o primeiro presidente do MDB. Com a ditadura instaurada no país em 64, diversas eram as dificuldades impostas pelo governo para a criação dos partidos, o que inviabilizava a criação de partidos pequenos – o que levou os partidos menores a juntarem-se em torno do único partido de oposição, o então Movimento Democrático Brasileiro – que ainda assim teve dificuldades para registrar sua legenda. Eram necessários 120 deputados e 20 senadores à época (PMDB, 2012a, s.p).

O MDB conseguiu eleger seu primeiro governador em 1970, Antônio de Pádua Chagas Freitas, no estado do Rio de Janeiro, à época, Estado da Guanabara,

ano em que o partido começou a crescer de forma significativa, assumindo definitivamente a frente oposicionista (PMDB, 2012a, s.p). Entre diversos outros nomes do MDB, encontravam-se Tancredo Neves, Mário Covas e Lysâneas Maciel. O MDB também passa, na década de 70, a encontrar mais espaço no Senado. Em 1966, o MDB contava com quatro senadores, perdendo um em 1970 e pulando para dezesseis senadores no ano de 1974 (PMDB, 2012a, s.p). E mais: Ainda em 1974, também elegeu 44% dos deputados federais (PMDB, 2012a, s.p). Segundo Melo, "com a corrosão da legitimidade do regime autoritário, produzida, sobretudo pela crise econômica e pressões advindas da sociedade civil, o MDB consegue mais adesão popular e representação institucional" (MELO, 2013, p.18).

O chamado Pacote de Abril de 1977 foi a resposta da Ditadura ao crescimento do partido de oposição: um terço das cadeiras do Senado seriam destinadas aos chamados "senadores biônicos", que deveriam necessariamente ser indicados pelo governo central e eleitos através de assembleias legislativas. No período de 1970 a 1974, o MDB havia passado de 87 para 165 deputados. Visando conter o aumento da legenda, o governo então exige a adição do termo partido à frente das siglas. Mesmo com estas mudanças, a lembrança do MDB enquanto oposição à ditadura e legenda responsável por erguer a bandeira democrática no período é mantida pelo eleitorado. Conforme aponta Melo (2013), "as propostas que unificavam o MDB – a democracia como um valor –, bem como a estratégia de manter o mesmo nome, apenas acrescentando o 'P' diante de 'Movimento do Democrático Brasileiro', garantiram a lembrança do partido na memória do eleitorado e possibilitou que ele sobrevivesse a esta manobra casuística do regime autoritário" (MELO, 2013, p. 17).

Uma vez extinto o bipartidarismo, o núcleo do MDB se mantém com a adição do termo partido à frente da sigla. O partido do governo – ARENA também manteve seu núcleo, agora chamado PDS. A extinção do bipartidarismo também levou à criação do PP (partido que tinha como líder Tancredo Neves), o PDT e PT.

Em 1982 ocorreu a primeira eleição direta para governador desde o começo da Ditadura Militar. Segundo Melo (2013) "a partir da redemocratização e das eleições gerais de 1982, que foram realizadas em todos os níveis, exceto para Presidente da República e para prefeito das cidades consideradas de segurança nacional –, a ascensão eleitoral do PMDB foi notável" (MELO, 2013, p. 18) Neste

ano, o agora Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, elegeu nove governadores (Nabor Júnior, AC; Gilberto Mestrino, AM; Gerson Camata, ES; Iris Rezende, GO; Wilson Martins, MS; Tancredo Neves, MG; Jader Barbalho, PA; José Richa, PR; e Franco Montoro, SP), passando assim a dirigir os maiores estados do país. Quanto aos senadores, o PMDB elegeu: Mário Maia (AC), Fábio Lucena (AM), José Ignácio Ferreira (ES), Mauro Borges (GO), Marcelo Miranda (MS), Itamar Franco (MG), Hélio Gueiros (PA), Álvaro Dias (PR) e Severo Gomes (SP).

Em 1986, o PMDB elegeu 22 de 23 governadores de Estados, alcançando a marca de 260 deputados federais e 44 senadores. Em 1989, o PMDB começa a sentir uma queda em seus números. Se contava com 75 prefeituras até então, perdeu 55 delas, ficando com apenas 20 (PMDB, 2012a, s.p). Durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), o PMDB então contava com 103 deputados, 23 senadores e 9 governadores (PMDB, 2012a, s.p). Já nas eleições presidenciais do ano de 1998, uma parte dos membros do PMDB desejava apoiar a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Tal decisão não é hegemônica dentro do partido, ocorrendo diversas dissidências entre os membros (PMDB, 2012a, s.p). O PMDB, no geral, não apoia a reeleição do candidato e não lança nenhuma candidatura para fazer oposição ao então presidente. Fernando Henrique Cardoso é reeleito.

Em 2002, o PMDB lança um documento intitulado “Tirando o atraso, combater as desigualdades já”, cujo mote era, como o próprio nome aponta, investir no país para que fossem superadas as desigualdades percebidas no Brasil ao longo de 500 anos de sua história. O documento torna-se rapidamente fonte de discussão eleitoral. Veiga (2002) aponta que o documento “acusa tanto a direita quanto a esquerda de compactuar com a manutenção dos privilégios que caracterizam a atual estrutura social brasileira, pois ambas condicionam o enfrentamento da desigualdade e da pobreza à retomada do crescimento econômico” (VEIGA, 2002, s.p) apontando ainda que “mesmo reconhecendo que o acesso à propriedade de ativos físicos é igualmente importante para eliminar a pobreza, o assunto é tratado como se tudo se resumisse à falta de uma definição mais clara dos direitos que facilitam o acesso dos pobres ao sistema formal de crédito” (VEIGA, 2002, sp.).

3.2 Apresentação e análise do programa partidário do PMDB

O programa partidário do PMDB – ou programa doutrinário do partido[5] – intitula-se “Democracia como Desenvolvimento”. Trata-se de um projeto que teve o início de sua elaboração em 1991, uma vez ocupada a presidência do partido por Orestes Quércia. A elaboração do programa do partido contou com uma comissão coordenada por José Fogaça, além dos membros André Forster, Carlos Estevam Martins, Cesar Maia, Cesar Busatto, Carlos Lessa, Cesar Barros Pinto, João Carlos Torres, João Manuel Cardoso de Mello, João Sayad, Jorge Jatobá, Luís Werneck Vianna, Luis Henrique Bonaturra, Marcelo Cordeiro, Mauro Santayana, Nildo von Lubke, Nelson Ribeiro, Osmundo Rebouças, Orestes Quércia, Paulo Nogueira Batista, Roberto Santos e Zaire Rezende. Foi apresentada uma versão preliminar do programa partidário em 1992 pela Subcomissão de Redação, então composta por Carlos Estevam Martins, João Carlos Torres e Paulo Nogueira Batista. Em 1993, o PMDB encontrava em sua presidência José Fogaça, que determinou a criação de uma nova comissão para a elaboração do programa partidário. Desta vez, a comissão tinha coordenação de Ronan Tito e ainda contava com Chico Amaral, Gilberto Miranda, Haley Margon, José Fogaça, João da Silveira, Paulo Rogêdo, Ronan Tito, Sergio Porto da Luz e Wadico Bucchi como membros. Ainda não tendo chegado a um consenso final quanto a elaboração do programa partidário do PMDB, surge o texto “Democracia – Propostas para o novo programa do PMDB”, de 1993, texto este amplamente discutido e que gerou o anteprojeto intitulado “Democracia – Novo programa doutrinário do PMDB”. Foi somente em 1994 que chegou-se à elaboração final do anteprojeto “Democracia como Desenvolvimento – Novo Programa Doutrinário do PMDB” aprovado no mesmo ano, mas publicado somente em 1996 (PMDB, 2012b).

O programa doutrinário do PMDB apresenta um conjunto de oito lições decorridas do que colocam como “advertências do passado”. As lições que o programa doutrinário do partido apresenta podem ser resumidas da seguinte forma: 1) A importância do povo e da mobilização popular enquanto fontes motrizes para o empreendimento das reformas propostas e necessárias para o Brasil; 2) A importância da organização popular e também partidária; 3) A importância do Estado

5 O Partido do Movimento Democrático Brasileiro aponta o programa partidário também como um programa doutrinário.

democrático; 4) A importância da aliança do partido aos movimentos populares; 5) A importância dos partidos para o regime democrático; 6) A importância do realismo no jogo político; 7) A importância de se consolidar um “Estado legítimo e necessário, desprivatizado e não corporativista” (PMDB, 2012b, s.p) e, por fim, 8) A importância de defender os interesses nacionais (PMDB, 2012b). Sendo assim:

> O PMDB é, portanto, um partido comprometido com a soberania nacional, com a busca da liberdade, com a organização popular, com a realização de uma sociedade mais equânime e com a verdade. Assume como seu o desafio contemporâneo: transformar em prática das massas os ideais de soberania, de liberdade, bem-estar social, igualdade de oportunidades e de participação nos bens materiais que a riqueza e o desenvolvimento do País já permitem (PMDB, 2012b, s.p).

O programa Doutrinário do PMDB ainda apresenta uma série de princípios básicos que norteiam o agir do partido e de seus membros. Segundo tais princípios, o PMDB estabelece em suas diretrizes o compromisso fundamental com a democracia, assegurando que “a democracia é instrumento insubstituível para assegurar dignidade humana e justiça” (PMDB, 2012b, s.p). Outro compromisso do PMDB é, “primordialmente, com as lutas e os interesses da grande massa dos marginalizados e excluídos” (PMDB, 2012b, s.p), destacando sua vontade de “continuar sendo a expressão política da maioria da população brasileira, oprimida e explorada por um regime econômico voltado para a satisfação de uma pequena minoria” (PMDB, 2012b, s.p).

O PMDB intitula-se um partido de massas, brasileiro e popular (PMDB, 2012b, s.p) que privilegia o interesse nacional enquanto interesse do povo brasileiro. O PMDB ainda, “dentro dos limites da sua linha programática, assegura a seus filiados liberdade de atuação no âmbito de suas atividades profissionais e de sua militância junto aos movimentos de massa” destacando que “os filiados ao PMDB terão representação nos órgãos que elaboram as políticas do Partido, as quais, livremente discutidas, quando aprovadas, deverão ser praticadas por todos” (PMDB, 2012b, s.p). Outro ponto interessante para o presente trabalho notado no programa doutrinário do partido, é que o PMDB permite divergências internas entre os membros, desde que tais divergências não ameacem de qualquer modo a unidade, estrutura e sobrevivência do partido. Eis um ponto que mostra a preocupação com a manutenção da hegemonia e a tentativa de evitar um deslocamento.

Para o PMDB, “o valor básico da vida social e política é a pessoa e sua consciência” destacando ainda que “o povo é o sujeito, o fundamento e o fim de todas as instituições e das medidas econômicas, sociais e políticas” (PMDB, 2012b, s.p). O PMDB ainda declara buscar combater quaisquer tipos de discriminação, seja por credo, por ideologia, por cor ou por sexo, buscando defender sobretudo as minorias. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro declara-se terminantemente contra a pena de morte (PMDB, 2012b, s.p).

Buscando contribuir para a riqueza nacional, o PMDB considera que “o trabalho é o fundamento da riqueza coletiva e que seus interesses se sobrepõe aos do capital”, defendendo “a participação dos trabalhadores, dos sócios minoritários, e dos usuários nas empresas públicas e privadas, para o aumento da produtividade e melhoria da qualidade dos serviços e produtos” (PMDB, 2012b, s.p). O programa doutrinário do partido também postula que as empresas, tanto estatais quanto privadas, devem levar em conta o interesse público, destacando que “as grandes concentrações de poder econômico devem estar sujeitas a um permanente controle democrático” (PMDB, 2012b, s.p). O programa ainda destaca o intento do partido em combater de maneira implacável a corrupção e também a sonegação. Seguindo estes princípios básicos do programa doutrinário, o PMDB busca o desenvolvimento, definindo-o como:

> Desenvolvimento quer dizer criação de empregos, desenvolvimento quer dizer salários dignos, desenvolvimento quer dizer multiplicação de empresas pela livre iniciativa. Desenvolvimento significa assegurar o direito à educação e à saúde, o direito à habitação decente, o direito à segurança da vida e do patrimônio. Desenvolvimento, em suma, é a democratização das oportunidades de uma vida melhor (PMDB, 2012b, s.p).

Na perspectiva laclauniana, o termo “desenvolvimento”, a despeito de ter sido minimamente definido pelo partido, é um significante vazio, um significante desprovido de conteúdo, um significante que se pretende universal. A noção de desenvolvimento também pode aparecer em campos discursivos muito distintos, reforçando a possibilidade de constituir-se enquanto um significante de uma infinidade de significados – ou um esgotamento de sentidos – sem um conteúdo único. No caso do programa partidário em questão, a noção de desenvolvimento aparece sendo significada de diversas formas – desenvolvimento como criação de empregos, como salários dignos, como acesso a saúde e a educação e etc. – eis a

possibilidade de estabelecer um corte antagônico entre o que é desenvolvimento em um momento e o que é desenvolvimento em outro, assumindo posições distintas, mas articuladas dentro de um mesmo discurso.

Segundo Mendonça e Rodrigues (2014b), uma das noções centrais para a compreensão da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe é a noção de prática articulatória. Mendonça e Rodrigues (2014b), trazendo conceitos de Laclau e Mouffe, apontam que "articulação é uma prática estabelecida entre elementos que, a partir de um ponto nodal, articulam-se entre si, tornando-se momentos estritamente em relação à articulação estabelecida" (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b, p. 50). Tais elementos "organizam-se […] tendo um ponto nodal como princípio articulador, cujo discurso é o seu resultado" (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014b, p.50). Tragamos a noção de ponto de estofo em Lacan (1998) para melhor compreensão da noção de ponto nodal em Laclau: em uma cadeia de significações que tende ao crescimento infinito através do deslizamento de significantes, há um momento de freio – chamado de ponto de estofo em Lacan e de ponto nodal em Laclau – no qual gera-se um significado (LACAN, 1998). Discurso é, portanto, o resultado de articulações que reúnem palavras e ações que produzem algum sentido sempre partilhado pelo grupo.

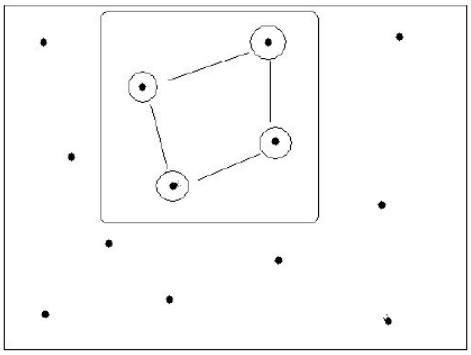
Conforme apontado, a estrutura discursiva do programa partidário do PMDB se articula em torno de pontos principais buscando uma articulação genérica de sentidos. O programa partidário, dividido em quatro capítulos, articula-se em torno do significante "Democracia como Desenvolvimento", um significante sem significado, que busca construir um discurso hegemônico em torno dos sentidos atribuídos pelo partido às noções mesmas de democracia e de desenvolvimento.

Diante do exposto, o programa doutrinário do PMDB se constrói buscando significar seu discurso em torno das noções de democracia e de desenvolvimento, apontando o desafio que constitui encontrar uma saída para a crise e os problemas estruturais percebidos no país. Segundo o programa do partido, é o desenvolvimento o essencial para a superação deste desafio. Os quatro capítulos encontram-se divididos na apresentação das reformas político constitucionais que o partido julga necessárias para a consolidação democrática, o poder político, o desenvolvimento nacional através da via democrática e o Brasil em contexto mundial, reforçando que este documento – o programa doutrinário – busca "a

elaboração das diretrizes para o Programa de Governo visando a coerência entre o discurso político e a atuação partidária, nos níveis de poder que sejam assegurados ao PMDB pelo voto popular" (PMDB, 2012b, s.p).

De acordo com Ernesto Laclau, não há palavra sem ação. Sendo assim o discurso, na perspectiva de Laclau e Mouffe, é a união indissociável entre palavra e ação. Do mesmo modo, o discurso, na perpespectiva laclauniana, é composto por elementos (posições não articuladas dentro de um discurso) e momentos (posições distintas e articuladas dentro de um mesmo discurso) ligados através de uma articulação, um ponto nodal que fixa o sentido parcialmente, formando assim uma totalidade estruturada que é resultado da prática articulatória ou, em outras palavras, um discurso. A representação gráfica do discurso em Laclau pode ser percebida na imagem que segue:

Imagem 01: Representação gráfica do discurso na perspectiva laclauniana



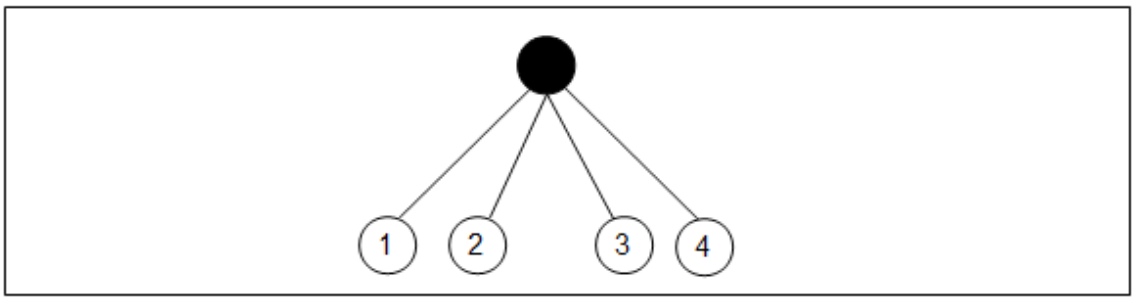
Fonte: FERREIRA (2011).

Na representação gráfica do discurso em Ernesto Laclau proposta por Ferreira (2011), cada ponto constitui-se um elemento. Cada ponto dentro de um círculo, por sua vez, constitui um elemento/momento. As linhas que interligam um elemento/momento a outro são chamadas de articulação. O quadrado que engloba a totalidade estruturada entre elementos/momentos e as articulações – ou pontos nodais – é chamado de discurso. Os elementos – pontos – que se encontram fora do quadrado, por sua vez, constituem "diferenças sociais que não estão articuladas discursivamente. Isto pode acontecer, por não portarem demandas identificadas com outras demandas, na pluralidade de demandas do social" (FERREIRA, 2011, p. 16).

O programa partidário do PMDB estabelece uma prática articulatória entre elementos/momentos, no caso "Reformas para consolidar a democracia", "O Estado

Democrático Brasileiro", "Novo Modelo de Desenvolvimento" e "O Brasil no Mundo", visando fixar um sentido em torno do ponto nodal "Democracia como desenvolvimento". Cada um desses elementos/momentos, por sua vez, apresentam uma cadeia de equivalências através dos quais o programa partidário constrói sua estrutura discursiva. A divisão dos capítulos do programa partidário do PMDB pode ser vista na imagem que segue (imagem 02). Nessa imagem, cada um dos círculos numerados representa um elemento/momento dentro da cadeia de equivalências de demandas particulares articuladas pelo ponto nodal – representado pelo círculo preto – "Democracia como Desenvolvimento", onde: 1 significa "Reformas para consolidar a democracia", 2 "O Estado Democrático Brasileiro", 3 "Novo Modelo de Desenvolvimento" e 4 "O Brasil no Mundo".

Imagem 02: Estrutura discursiva do programa partidário do PMDB: "Democracia como Desenvolvimento"



Fonte: Elaboração própria.

Significando seu discurso em torno do ponto nodal "Democracia como desenvolvimento", cada um dos capítulos do programa partidário peemedebista aponta diretrizes para alcançar o desenvolvimento através da via democrática. Sendo assim:

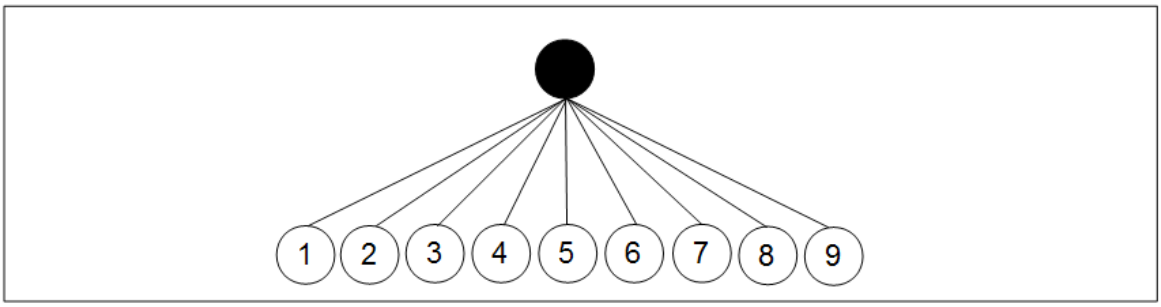
> O primeiro capítulo aborda as reformas político-constitucionais necessárias para a **consolidação da democracia**. O segundo capítulo discute o Estado brasileiro, tendo como tema central o **poder político democraticamente fortalecido**. O terceiro capítulo trata do **desenvolvimento nacional pela via democrática**, ou seja, não-oligárquica nem corporativista. Finalmente, o quarto capítulo fala do Brasil no mundo, centrando-se na questão da soberania sob as condições internacionais vigentes (PMDB, 2012b, s.p, grifos meus).

3.3 O primeiro capítulo do programa peemedebista: Reformas para consolidar a democracia

No primeiro capítulo do programa doutrinário do partido, são propostas algumas reformas para, na perspectiva peemedebista, consolidar a democracia. O capítulo encontra-se dividido em nove subseções – no caso, elementos/momentos – que tratam, respectivamente: a) da relação entre Executivo e Legislativo; b) do Sistema Federal; c) do Sistema Administrativo; d) do Judiciário; e) da Representação política, Sistema eleitoral e partidário; f) do Financiamento dos partidos e das eleições; g) da Participação Política, recrutamento e legitimação; h) da Moralização da vida pública e, por fim i) da Segurança Pública.

A organização do capítulo um do programa partidário do PMDB pode ser vista abaixo, na imagem 03. A exemplo da imagem anterior, na imagem que segue todos os posicionamentos tomados pelo partido são articulados em torno do ponto nodal "Reformas para consolidar a democracia" (representado pelo círculo preto). Nessa imagem, cada um dos círculos numerados representa um elemento/momento dentro da cadeia de equivalências de demandas particulares articuladas pelo ponto nodal "Democracia como Desenvolvimento", onde: 1 significa "Relação entre Executivo e Legislativo", 2 "Sistema Federal", 3 "Sistema Administrativo", 4 "Judiciário", 5 "Representação política, Sistemas eleitoral e partidário", 6 "Financiamento dos partidos e das eleições", 7 "Participação Política, recrutamento e legitimação", 8 "Moralização da vida pública" e 9 representa Segurança Pública.

Imagem 03: Estrutura discursiva do capítulo 1 do programa partidário do PMDB: "Reformas para consolidar a democracia"



Fonte: Elaboração própria.

Tratando da Relação entre o Executivo e o Legislativo, o programa doutrinário do PMDB aponta o compromisso com o Presidencialismo Republicano, propondo

um presidencialismo democrático – contrariando a concepção autocrática. O PMDB reforça que “lutará por uma melhor distribuição nas competências legislativas entre a Presidência da República e o Congresso Nacional” (PMDB, 2012b, s.p) destacando que buscará, por um lado “restringir e definir com maior precisão as hipóteses em que o Presidente pode expedir Medidas Provisórias, para que seja revisto o papel presidencial na iniciativa e no término do processo legislativo […]” e, por outro lado, “o PMDB lutará pelo aperfeiçoamento do processo legislativo no âmbito do Congresso Nacional, de maneira a garantir, num ritmo adequado e com a profundidade requerida, a melhor elaboração das leis” (PMDB, 2012b, s.p).

Quanto ao sistema federal, o programa doutrinário do PMDB destaca o compromisso com o federalismo e a descentralização, reforçando a importância das atribuições dos municípios e dos Estados, embora estes devessem assumir o que o programa coloca como “função complementar” (PMDB, 2012b, s.p). Quanto ao sistema administrativo, por sua vez, o programa aponta que “o PMDB lutará pela racionalização da administração estatal e dos serviços públicos em geral” (PMDB, 2012b, s.p). No que diz respeito ao Judiciário, o programa destaca que “apoia a transformação do Supremo Tribunal Federal em Corte Constitucional, exclusivamente” (PMDB, 2012b, s.p).

Quanto a representação política e aos sistemas eleitoral e partidário, o programa doutrinário do PMDB aponta o compromisso com o instituto da fidelidade partidária, de modo que o mandato eleitoral deve pertencer ao partido e somente a este. Também devendo ser mantido o voto obrigatório, além do número de deputados, reforçando o sistema proporcional de sua distribuição. O programa doutrinário do PMDB também defende o pluripartidarismo e postula que a legislação eleitoral deve necessariamente encontrar-se consolidada no Código Eleitoral. No que tange o financiamento dos partidos e das eleições, o programa doutrinário do PMDB defende o financiamento público de campanha, ainda que aceite financiamentos de origem privada, desde que garantida a sua transparência. Também defende que a propaganda partidária seja gratuita no rádio e na televisão. O programa do partido ainda defende o estabelecimento de um teto de gastos nas eleições, além de ser “favorável à suspensão do sigilo-bancário nas investigações contra partido político, candidatos e eleitos” (PMDB, 2012b, s.p).

No que diz respeito a participação política, recrutamento e legitimação, o programa partidário do PMDB defende o sufrágio universal e o voto secreto e a importância do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular, entendendo que as mobilizações populares "são uma forma especial e legítima de participação e de autodefesa da sociedade, a exemplo das memoráveis campanhas das diretas e pró impeachment" (PMDB, 2012b, s.p).

Quanto à moralização da vida pública, o PMDB busca combater a corrupção e reduzir os espaços de corrupção. Segundo o programa partidário, tais espaços de corrupção decorrem:

> a) da inflação, que quebra os valores éticos e morais da sociedade; b) da sonegação fiscal, que propicia a concorrência desleal, a obtenção de recursos para a prática de atividade ilícita e a conseqüente falta de recursos para o atendimento público das necessidades primárias da população; c) da concentração de renda, que abala o princípio da solidariedade humana; d) do descumprimento dos planos e programas de investimento público, especialmente em relação a obras, possibilitando decisões governamentais divorciadas do real interesse público; e) da normatização deficiente e da regulamentação caótica, que propiciam a geração de dificuldades e a venda de facilidades; f) do conceito ético deturpado de se levar vantagem em tudo; g) do sentimento de impunidade; e h) da centralização, do excesso de regulamentação e da perdulária e inconsequente burocracia (PMDB, 2012b, s.p).

Quanto a segurança pública, o programa doutrinário aponta o respeito aos direitos humanos e apoia:

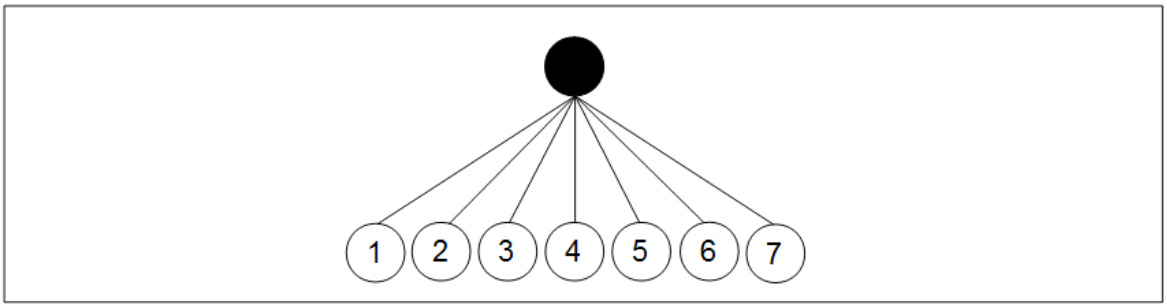
> a) combate determinado à violência, sobretudo ao crime organizado e ao narcotráfico, pela via da inteligência; b) revisão do sistema carcerário objetivando a recuperação dos detentos; c) revisão das organizações policiais, seleção e qualificação rigorosas, valorização profissional e recuperação da sua imagem popular; d) identificação e alteração dos dispositivos legais que propiciam morosidade e impunidade e; e) criminalização dos delitos de trânsito (PMDB, 2012b, s.p).

3.4 O segundo capítulo do programa peemedebista: O Estado Democrático Brasileiro

O segundo capítulo do programa doutrinário do PMDB, intitulado "O Estado Democrático Brasileiro" divide-se em sete subseções. a) Soberania e Estado; b) Estado e Monopólios; c) os Agentes Sócio-Políticos; d) O Estado Brasileiro; e) os Democratas e o Estado Democrático; f) Democracia e Hegemonia e, por fim g)

Democracia e Cultura. A organização do segundo capítulo do programa partidário do PMDB pode ser vista no quadro que segue (imagem 04). Nessa imagem, todos os posicionamentos tomados pelo partido são articulados em torno do ponto nodal "O Estado democrático Brasileiro" (representado pelo círculo preto). Cada ponto interligado através de articulação, por sua vez, representa um elemento/momento da cadeia de equivalências formada pelo partido, onde: 1 representa "Soberania e Estado", 2 "Estado e Monopólios", 3 os "Agentes Sócio-Políticos", 4 "O Estado Brasileiro", 5 os "Democratas e o Estado Democrático", 6 "Democracia e Hegemonia" e 7 "Democracia e Cultura".

Imagem 04: Estrutura discursiva do capítulo 2 do programa partidário do PMDB: "O Estado Democrático Brasileiro"



Fonte: Elaboração própria.

Neste capítulo, o programa do partido defende a soberania do Estado, destacando que a "construção da democracia, a realização de objetivos econômicos na lógica do capitalismo, a possibilidade mesma da convivência social, a paz e a guerra entre as nações, para citar alguns exemplos, demandam a existência do Estado e o controle social sobre ele" (PMDB, 2012b, s.p)

Quanto ao Estado e Monopólios, o PMDB destaca que todos os monopólios dependem do Estado, e encontra "no princípio do monopólio a chave para se determinar, em qualquer situação e a qualquer momento, a extensão e limites do papel do Estado na vida nacional. O poder de monopólio se legitima pela sua essencialidade" (PMDB, 2012b, s.p).

No que tange os agentes sócio-políticos, o programa doutrinário do PMDB aponta que "a distinção institucional entre a Sociedade Civil e o Estado, ou entre a base e a superestrutura, é a característica principal das nações modernas" reforçando que são diversos os agentes da sociedade civil, destacando os

trabalhadores e os empresários. No que diz respeito aos agentes da superestrutura, o programa identifica dois tipos de agentes: políticos e intelectuais. Quanto ao Estado Brasileiro, o programa aponta a influência destaque de três vertentes ideológicas ao longo de sua história, sendo elas o corporativismo, o liberalismo e o socialismo (PMDB, 2012b, s.p). Quanto aos democratas e ao Estado Democrático, apontam que "os democratas não buscam o fortalecimento do Estado em detrimento do jogo político, mas a ampliação do espaço público, onde os direitos e liberdades fundamentais do ser humano têm sua expressão" (PMDB, 2012b, s.p).

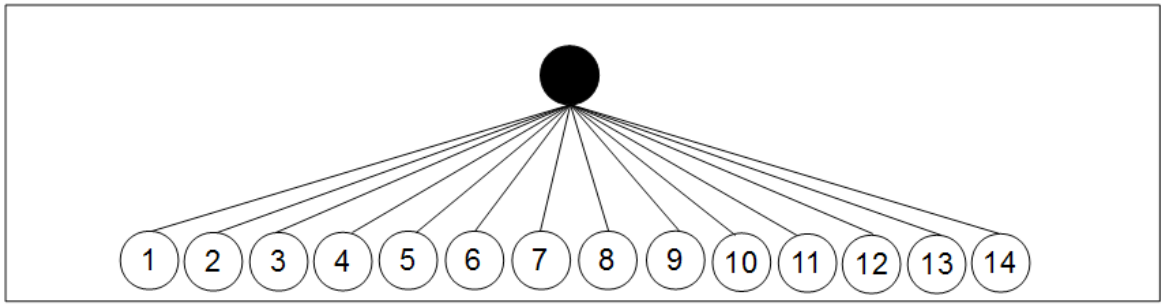
No tocante a subseção Democracia e Hegemonia, são trazidas as diferenças entre classe dirigente e oligarquia como diferenças fundamentais. Dito isso, o programa destaca que o objetivo do "do Movimento Democrático Brasileiro está hoje em promover, com os melhores elementos das quatro grandes categorias de agentes sócio-políticos, a formação de classes dirigentes em oposição às oligarquias" (PMDB, 2012b, s.p). Já quanto a subseção Democracia e Cultura, o PMDB reforça a importância das manifestações de cultura popular, destacando que "o PMDB tem confiança irrestrita na capacidade de criar e resistir do nosso povo e vê nas manifestações de cultura popular a certeza de um futuro autônomo da civilização brasileira" (PMDB, 2012b, s.p).

3.5 O terceiro capítulo do programa peemedebista: Novo modelo de desenvolvimento

O terceiro capítulo do programa doutrinário do PMDB, sob o título "Novo Modelo de Desenvolvimento" divide-se em quatorze subseções, sendo elas: a) As Nossas Revoluções Industriais; b) O Desafio da Terceira Revolução Industrial; c) Economia e Soberania do Estado; d) A Solução Democrática para o Desenvolvimento; e) Solução Democrática e Mercado; f) Uma Nova Política de Renda; g) Integração e Descentralização do Desenvolvimento; h) Política Industrial; i) Política Agrícola; j) Política Marítma; k) Previdência Social; l) Educação, Ciência e Tecnologia; m) As Finanças do Desenvolvimento e, por fim n) Dimensão Social do Novo Desenvolvimento. A estrutura discursiva do terceiro capítulo do programa partidário do PMDB pode ser vista na imagem que segue (imagem 05). Nessa imagem, todos os posicionamentos tomados pelo partido são articulados em torno

do ponto nodal “Novo modelo de desenvolvimento” (representado pelo círculo preto). Cada ponto interligado através de articulação – representada pelas linhas que interligam os pontos – representa um elemento/momento no interior do corpo discursivo do partido. Na imagem que segue, cada um dos círculos numerados representa um elemento/momento dentro da cadeia de equivalências de demandas particulares articuladas pelo ponto nodal “Novo Modelo de Desenvolvimento”, onde: 1 significa as “Nossas Revoluções Industriais”, 2 “O Desafio da Terceira Revolução Industrial”, 3 “Economia e Soberania do Estado”, 4 “A Solução Democrática para o Desenvolvimento”, 5 a “Solução Democrática e Mercado”, 6 “Uma Nova Política de Renda”, 7 “Integração e Descentralização do Desenvolvimento”, 8” Política Industrial”, 9 “Política Agrícola”, 10 “Política Marítima”, 11 “Previdência Social”, 12 “Educação, Ciência e Tecnologia”, 13 ‘As Finanças do Desenvolvimento” e 14 o que o partido chama de a “Dimensão Social do Novo Desenvolvimento”.

Imagem 05: Estrutura discursiva do capítulo 3 do programa partidário do PMDB: “Novo Modelo de Desenvolvimento”



Fonte: Elaboração própria.

O capítulo começa abordando as revoluções industriais no âmbito brasileiro, apontando a instalação de alguns setores da indústria no país. Na segunda subseção, o partido traz o desafio da Terceira Revolução Industrial, grifando as novas formas de organização do trabalho, a informatização das fábricas e etc, referindo-se a revolução eletrônica, sobre a qual reforçam que ela, a chamada Terceira Revolução Industrial, “dá novas garras à lógica do capital financeiro, desvia as atenções sociais da produção das coisas para a informação, privilegia a organização em detrimento da fabricação, e parece dar embasamento ao que já se tem chamado de setor quaternário da economia” (PMDB, 2012b, s.p).

Quanto à Economia e Soberania do Estado, o programa doutrinário do partido segue tendo como discussão a terceira revolução industrial, destacando que “em

todas as nações bem sucedidas, o Estado tem sido o grande instrumento regulador das atividades econômicas, estando a chave do sucesso na combinação de um máximo de competição com um máximo de planejamento" (PMDB, 2012b, s.p). Tratando de uma Solução Democrática para o Desenvolvimento, o programa defende o combate a hiperconcentração de renda, defendendo uma economia mista para o país, além do direcionamento de investimentos públicos para setores estratégicos visando impulsionar o desenvolvimento. O programa também defende, dentre outras medidas, a proteção as empresas brasileiras. Em relação a uma Solução Democrática e o Mercado, o programa postula que:

> O PMDB constata que o mercado é uma realidade independente e anterior ao capitalismo como forma de organização da atividade econômica. Por isso mesmo, o conceito de mercado precisa ser resgatado do confuso debate ideológico das últimas décadas para tornar-se importante componente do projeto democrático. [Entendendo que nas democracias, mercado é um espaço para o exercício da cidadania, para a livre circulação de informações e para orientação das agências governamentais responsáveis pelo planejamento indicativo. É um espaço para a luta contra aquelas forças econômicas que, em nome da livre iniciativa, buscam o monopólio em prejuízo da sociedade (PMDB, 2012b, s.p).

Quanto a uma Nova Política de Renda, o programa do partido traz a redistribuição de renda enquanto uma das grandes metas do PMDB, reforçando a importância da melhoria salarial e reforçando a permanência do partido ao lado dos trabalhadores. No que diz respeito a Integração e Descentralização do Desenvolvimento, o programa do partido traz apontamentos quanto as dimensões do país, destacando que "descentralizar o País a partir de uma política de municipalização representa a alternativa mais racional de propiciar grande mudança estrutural na sociedade brasileira" (PMDB, 2012b, s.p). Grifando ainda que:

> O Brasil só conseguirá reduzir as distorções econômico-sociais, as disfunções de um Estado envelhecido, e a distância que separa a ação de governo dos cidadãos beneficiários dessa mesma ação, a partir de uma política de descentralização das ações governamentais, aliando-se a tal política uma efetiva proposta de geração de emprego e renda, e uma opção objetiva pelos pequenos produtores e micro-empresários do País. Dessa forma, o PMDB defende a municipalização da microempresa como forma ideal e concreta de tornar efetivo o seu tratamento diferenciado previsto na Constituição (PMDB, 2012b, s.p).

O programa do partido ainda trata das Políticas Industrial, Agrícola e Marítima, destacando a importância dos investimentos nestes setores. Defendendo

uma séria política de desenvolvimento industrial “que interligue as metas perseguidas pelas diversas políticas setoriais, as fontes de investimentos, e as possibilidades das políticas instrumentais (cambial, fiscal, tarifária), e das políticas de fomento (crédito, incentivos, compras do Estado)” (PMDB, 2012b, s.p). Quanto a política agrícola,“o PMDB defende uma política agrícola e rural de desenvolvimento autosustentado, com a qual a produção não resulte na degradação do solo e do meio-ambiente, mas na conservação destes e na garantia de produção contínua para atender às necessidades das gerações vindouras” (PMDB, 2012b, s.p). Quanto a política marítima, “o PMDB considera que a capacidade de transporte marítimo próprio será instrumento de força para a presença do Brasil, nos mercados mundiais” (PMDB, 2012b, s.p). E busca portanto, incentivar a construção naval brasileira e a marinha mercante.

Quanto a Previdência Social, o programa doutrinário do PMDB aponta que “os recursos do sistema previdenciário devem ser utilizados exclusivamente para o pagamento das aposentadorias e pensões” e ainda destaca que “o sistema previdenciário público deve ter caráter social, podendo ser complementado por sistemas de caráter mutualista e empresarial privado” (PMDB, 2012b, s.p).

Quanto a Educação, Ciência e Tecnologia, o programa doutrinário do PMDB aponta que “a qualidade e a eqüidade necessárias ao sistema educacional pressupõem a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, para que todos tenham satisfeitas suas necessidades de aprendizagem com vistas ao exercício pleno da cidadania” (PMDB, 2012b, s.p) reforçando ainda a importância do investimento na educação, a garantia de acesso a educação independente de condição socioeconômica (no caso de ensino superior principalmente). O programa ainda defende que “investimentos em educação são a grande responsabilidade do Estado para a obtenção de qualidade do ensino, financiamento à pesquisa, treinamento e elevação do nível de qualificação da força de trabalho” (PMDB, 2012b, s.p).

O programa doutrinário do PMDB ainda trata das Finanças do Desenvolvimento, ressaltando que o partido defende e entende como indispensável:

> a) o desenvolvimento de um sistema tributário capaz de sustentar a capacidade do Estado para gerir a moeda; b) um sistema financeiro em que estejam claramente definidas as atribuições do Banco Central nas relações com o Tesouro e com o sistema bancário privado; c) o

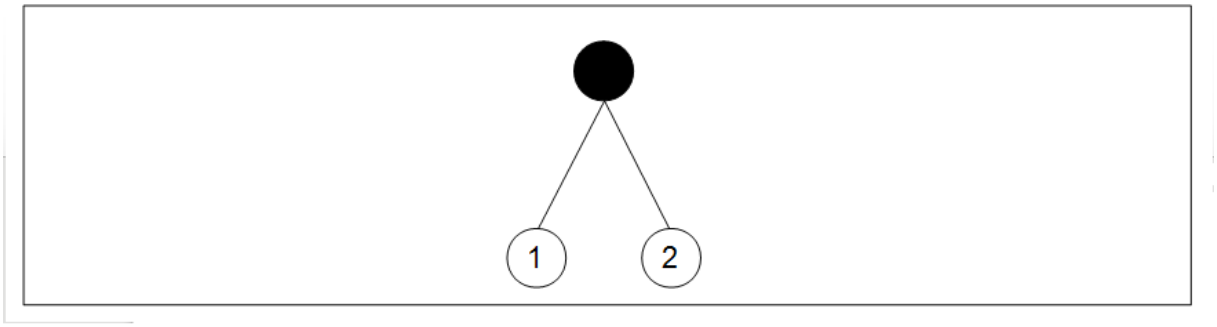
> reconhecimento de que, nos países menos desenvolvidos, o sistema público de financiamento é indispensável para os financiamentos de longo prazo; e, por fim, d) o fim da especulação financeira com a prática de uma política de juros baixos e a canalização dos recursos financeiros para as atividades produtivas, de infraestrutura e de caráter social (PMDB, 2012b, s.p).

Quanto a uma Dimensão Social Do Novo Desenvolvimento, o programa doutrinário do PMDB destaca que é somente através da democracia que se proporcionará a melhoria efetiva na vida dos indivíduos. O programa do partido busca um desenvolvimento humano e que apresente igualdade de oportunidades para a população. Destaca a importância da mulher enquanto "principal agente na promoção social da família, […] razão porque o PMDB considera seu engajamento político pleno indispensável para se alcançar equilíbrio e equidade no projeto de desenvolvimento nacional" (PMDB, 2012b, s.p), reforçando a importância da democracia em todo esse processo de desenvolvimento.

3.6 O quarto capítulo do programa peemedebista: O Brasil no mundo

O quarto e último capítulo do programa doutrinário do PMDB tem como título "O Brasil no Mundo" e divide-se em duas subseções: a) Inserção Competitiva na Economia Global e b) A Questão Nacional e da Paz. A organização do quarto e último capítulo do programa partidário do PMDB pode ser vista na imagem que segue (imagem 06). Nessa imagem, todos os posicionamentos tomados pelo partido são articulados em torno do ponto nodal "O Brasil no Mundo" (representado pelo círculo preto). Cada ponto interligado através de articulação – representada pelas linhas que interligam os pontos – representa um elemento/momento no interior do corpo discursivo do partido, onde 1 significa "Inserção competitiva na economia global" e 2 significa a "Questão nacional e da paz".

Imagem 06: Estrutura discursiva do capítulo 4 do programa partidário do PMDB: "O Brasil no Mundo"



Fonte: Elaboração própria.

Pensando a Inserção Competitiva na Economia Global, o programa do partido aponta que:

> Para o PMDB, a prioridade maior deve ser a retomada do desenvolvimento nacional em bases realistas, ou seja, com o fortalecimento de sua própria economia e do seu mercado interno. Entretanto, o PMDB considera que a integração latino-americana contribuirá para estes objetivos, além de favorecer a formação de um importante polo econômico na região, bem como os laços de solidariedade entre nossos povos, preparando-nos para enfrentar a realidade de um mundo moderno, organizado em grandes blocos econômicos, liderados pelas grandes potências (PMDB, 2012b, s.p).

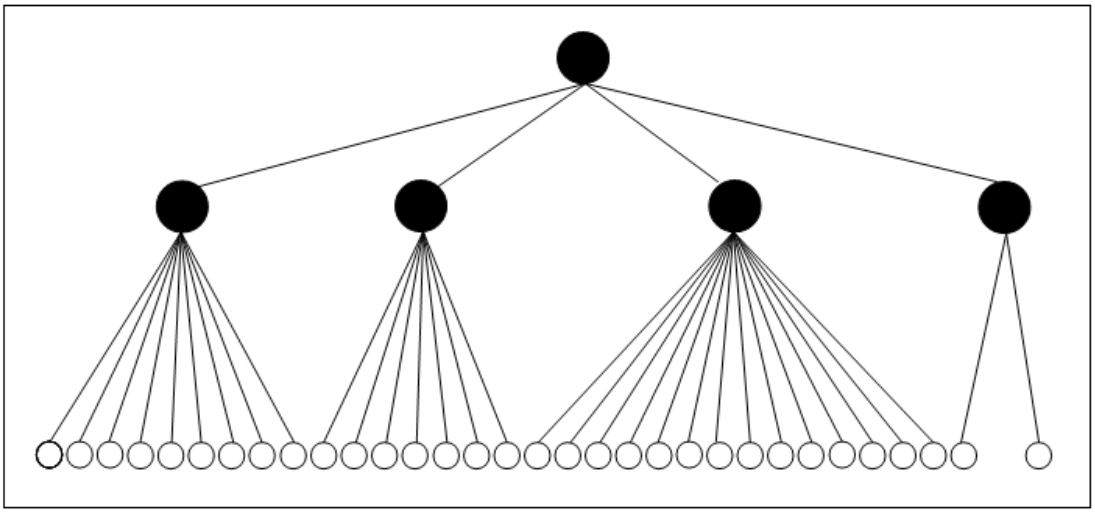
No que diz respeito a Questão Nacional e da Paz, o programa destaca que "a participação do Brasil de maneira solidária, mas ao mesmo tempo competitiva, no cenário mundial, exige o fortalecimento da economia nacional, e uma postura de defesa dos interesses nacionais por parte do povo e do Governo" (PMDB, 2012b, s.p), complementando que "embora o PMDB não endosse posturas agressivas do Brasil no seu relacionamento externo, o Partido considera que seu objetivo estratégico deve contemplar o não-perder, isto é, garantir os espaços já ocupados e seus desdobramentos naturais no futuro" (PMDB, 2012b, s.p).

Ao analisarmos o programa doutrinário e sua estrutura, fica claro a articulação de sentidos em torno de pontos nodais em um discurso que se pretende universal e, portanto, hegemônico.

O significante vazio "democracia como desenvolvimento" abre um leque de possibilidades que embasa todo e cada um dos pontos nodais e as cadeias de equivalência propostas pelo partido, sem representar efetivamente nenhum

claramente – daí um significante sem significado. A estrutura discursiva do programa partidário do PMDB em torno do significante e ponto nodal principal “Democracia como desenvolvimento” e pelos pontos nodais que constituem cada um dos quatro capítulos do programa partidário do PMDB, sendo, respectivamente “Reformas para consolidar a democracia”, “O Estado democrático brasileiro”, “Novo modelo de desenvolvimento” e “O Brasil no mundo” acompanhados por suas respectivas cadeias de equivalências pode ser vista na imagem que segue (imagem 07).

Imagem 07: O discurso do programa partidário peemedebista



Fonte: Elaboração própria.

O campo discursivo do PMDB, portanto, se constrói de modo a reforçar os universalismos a despeito de posições particulares, visando a constituição plena de uma identidade a partir dos significantes desenvolvimento e democracia.

A articulação entre cada um dos capítulos do programa partidário peemedebista, conforme mostrado, apresenta-se buscando reforçar o desenvolvimento através da via democrática, buscando apontar alternativas e diretrizes para a consolidação da democracia na contínua busca pelo desenvolvimento do país. Destacando a importância do voto popular, do presidencialismo democrático em substituição a quaisquer concepções autocráticas de poder, da importância da descentralização enquanto “ideia que melhor se adapta a um sistema democrático de governo” (PMDB, 2012b, s.p) e reforçando a importância da distribuição das competências e do aprimoramento da relação entre

Executivo e Legislativo, o PMDB articula uma série de elementos que julga essenciais para a consolidação da democracia brasileira. Eis a lógica de equivalência que aponta a interligação entre os discursos e a tentativa de fixação de sentidos para que o partido construa seu discurso hegemônico, calcado na noção de desenvolvimento que contemple a pluralidade e a polissemia de significantes dada a heterogeneidade das demandas que, como é de praxe, devem ser abarcadas em um programa partidário.

4 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme mencionado, o presente trabalho teve como objetivo analisar o programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB sob a luz da Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Precisamente, buscou-se identificar a estrutura discursiva do programa partidário a partir de sua totalidade estruturada resultante de suas práticas articulatórias, isto é, seu discurso, além de identificar as articulações, momentos e elementos que constituem a estrutura discursiva em questão. Para tanto, foi formulado o seguinte problema de pesquisa: como o PMDB se utiliza das estruturas discursivas e das noções de hegemonia e de significante vazio em seu programa partidário "Democracia como Desenvolvimento" à luz da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe? A hipótese foi de que, para além do conteúdo ideológico das diretrizes que norteiam a ação do partido, o PMDB consegue construir seu discurso, no seu programa partidário, de modo a reforçar articulações em torno do principal significante vazio que se estabelece enquanto mote de ação do partido, qual seja, a noção de desenvolvimento.

Para alcançar o objetivo principal do presente trabalho, isto é, verificar como foi construído o discurso contido no programa partidário do PMDB à luz da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, buscaram-se dois objetivos específicos. Uma vez apresentado um breve histórico de criação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, possibilitando conhecer alguns números do partido, além de suas condições de emergência e seu quadro atual e identificadas as estruturas discursivas presentes no documento que norteia a ação do partido e relacionando estas com as noções de hegemonia e de significante vazio, foi testada a hipótese de que o PMDB consegue construir seu discurso de modo a reforçar articulações em torno do principal significante vazio que se estabelece enquanto mote de ação do partido – a noção de desenvolvimento.

Diante disso, foi possível observar que o discurso do programa partidário peemedebista é, portanto, resultado de cada uma de suas articulações entre elementos e momentos. Cada um dos capítulos do programa analisado versa sobre um ponto em específico que, por sua vez, constituem-se elementos, isto é, posições não articuladas dentro de um discurso que, uma vez articulados em torno de um

ponto nodal, transformam-se em momentos, isto é, posições distintas e articuladas dentro de um mesmo discurso.

No caso do capítulo 1, os diferentes elementos articulam-se em torno do ponto nodal “Reformas para consolidar a democracia” e, no capítulo 2, os elementos se articulam em torno do ponto nodal “O Estado Democrático Brasileiro”. No caso do capítulo 3 do programa partidário peemedebista, os distintos elementos articulam-se em torno do ponto nodal “Novo modelo de Desenvolvimento” e, no caso do capítulo 4, os distintos elementos apresentados pelo partido articulam-se em torno do ponto nodal “O Brasil no mundo”. Cada um destes momentos, por sua vez, encontram-se articulados em torno do grande significante “Democracia como Desenvolvimento”, mote de ação do partido que, ao redor destas fixações de sentido – sempre precárias e contingentes – constrói sua estrutura discursiva.

A hipótese do presente estudo se vê, portanto, confirmada. A construção discursiva do programa partidário peemedebista se articula claramente em torno de um significante vazio – no caso, a noção de “Democracia como Desenvolvimento”.

Ainda que sejam apresentadas diversas significações para a noção de desenvolvimento – em nenhum momento a noção de desenvolvimento encontra uma única definição – se considerarmos a estrutura discursiva do programa partidário, toda a articulação se dá em torno da noção de “Democracia como Desenvolvimento”, um significante em constante disputa por significado. Embora o significante “Democracia como Desenvolvimento” não tenha encontrado nenhum corte antagônico no corpo discursivo do programa partidário peemedebista para ter então sua identidade negada a partir de um antagonismo e, consequentemente, tornar-se um significante vazio, os antagonismos e a disputa pelo sentido das noções de democracia e de desenvolvimento encontra-se naquilo que o partido, obviamente, não defende. A noção de democracia encontra seu antagonismo em governos autoritários – principalmente se considerarmos o contexto de surgimento do partido que deu origem ao PMDB, qual seja, o MDB, além do reforço a importância da busca pelo desenvolvimento através de vias democráticas apresentadas em todos os capítulos do programa partidário peemedebista. A noção de desenvolvimento, por sua vez, tem seu antagonismo percebido naquilo que o partido rechaça, como a hiperconcentração de renda, por exemplo, conforme percebido principalmente no capítulo 3 do programa partidário em questão.

Este trabalho possibilitou, assim, conhecer a estrutura discursiva do programa partidário do PMDB a partir da teoria do discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em suas categorias centrais. Mais do que isso, o presente trabalho suscitou, além da identificação dos conceitos no discurso do programa peemedebista, o interesse quanto a uma possível classificação ideológica deste corpo discursivo. Eis um objetivo para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-Estruturalismo e Teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2ª Ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014.

COSTA, Everton Garcia Da; COELHO, Gabriel Bandeira. Resenha – Hegemonia, estratégia socialista e democracia radical. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo, Intermeios, 2015. RBCS, v. 31, nº 92, out. 2016, pp. 1-4.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

FERREIRA, D. P. **PFL x PMDB**: Marchas e contramarchas. Goiânia: Alternativa, 2002.

FERREIRA, Denise Paiva e RIBEIRO, Pedro Floriano. "O voto e a máquina: as trajetórias de implementação local de PT e (P) MDB em perspectiva comparada". In:_____ BAQUERO, M. e CREMONESE, D. **Eleições Municipais de 2008**: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro. Ijuí: Editora Ijuí, 2009.

FERREIRA, Fabio Alves. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. Revista Espaço Acadêmico, Ano XI, nº 127, dez. 2011, pp. 12-18.

KECK, Margaret. **PT, A Lógica da Diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D'Alva. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966/1979). São Paulo: Vértice, 1988.**

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. **Los Fundamentos Retoricos de la sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2014.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo, Intermeios, 2015.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

MELO, Carlos Ranulfo. **O PT e a democracia**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, datilografado. 1994.

MELO, Paulo Victor Teixeira Pereira de. **O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político**: de catch all a cartel. 2013. 205f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.

MENDONÇA, Daniel de. **A subversão da igualdade e o cinismo democrático**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37. Anais… Águas de Lindoia, 2010.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Do estruturalismo ao pósestruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-Estruturalismo e Teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2ª Ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014a.

_____ . Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-Estruturalismo e Teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2ª Ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014b.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1989.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB. **História do Partido**, 2012a. Disponível em: <http://pmdb.org.br/institucional/historia/>. Acesso em 17 Out. 2016.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB. **Programa Partidário**, 2012b. Disponível em: <http://pmdb.org.br/institucional/programa-partidario/>. Acesso em: 17 Out. 2016.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB. **Números do Partido**. 2012c. Disponível em: <http://pmdb.org.br/institucional/numeros-do-partido/>. Acesso em: 20 Mar. 2017.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise de discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. Revista **Alea**: Estudos Neolatinos, v. 7, nº 2, jul.-dez. 2005, pp. 305-322.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

TELLES, Helcimara. **O PT e a ordem – identidade, conflito e interação**: um estudo de caso sobre os candidatos a vereador nas eleições de 1992. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, datilografado.1997.

TELLES, Helcimara. **Os partidos e a competição politica**: o desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições para a Câmara dos Deputados (1982/1998), Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Ciência Política, 2003.

VEIGA, José Eli Da. Tirando o atraso. 2002. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/130_22-04-02-Tirando-o-atraso.pdf>. Acesso em 15 Out. 2016.